



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCEG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE GEOGRAFIA

**O PARQUE DO POVO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS DE PODER E
MANIPULAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO-FAMILIAR CUNHA LIMA EM
CAMPINA GRANDE - PB**

JOHN DA SILVA EVARISTO

CAMPINA GRANDE- PB

2021

JOHN DA SILVA EVARISTO

**O PARQUE DO POVO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS DE PODER E
MANIPULAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO-FAMILIAR CUNHA LIMA EM
CAMPINA GRANDE - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. THIAGO ROMEU DE SOUZA

CAMPINA GRANDE- PB

2021

JOHN DA SILVA EVARISTO

**O PARQUE DO POVO COMO ESPAÇO DE DISPUTAS DE PODER E
MANIPULAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO-FAMILIAR CUNHA LIMA EM
CAMPINA GRANDE - PB**

Aprovada em: 05/10/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza - UFCG (Orientador)

Prof. Dr. José Marciano Monteiro - UFCG (Avaliador externo)

Prof.^a Ma. Jordânia Alyne Santos Marques - UFRN (Avaliadora externa)

*Dedico esta monografia a todos que
de forma direta ou indiretamente
me ajudaram e me ajudam durante
toda minha trajetória de vida...*

AGRADECIMENTOS

Em pleno final de agosto do ano de 2021, no final de uma tarde ensolarada e diante de um Mundo em plena pandemia de covid-19, deparo-me em um pequeno espaço destinado a estudos. Nele tento descrever como foi minha trajetória acadêmica, durante os últimos cinco anos, refletindo sobre o quão difícil é a realidade de um ex-aluno de escola pública, negro e pobre, ao ingressar em uma universidade pública. Uma realidade que é bem mais amarga do que parece. Escolher entre estudar e trabalhar foi e está sendo uma das decisões mais difíceis da minha vida. Pois, embora durante boa parte do período, referente a minha graduação, eu tenha feito as duas coisas, simultaneamente; agora, na reta final, precisei me dedicar exclusivamente aos estudos. Portanto, irei agradecer aqueles que, de forma direta e indireta, participaram ajudando no meu crescimento; não apenas profissional, enquanto futuro professor de geografia; mas, também, como humano, de saber no mínimo a noção de convívio melhor entre aqueles da mesma espécie.

Gostaria, primeiramente, de agradecer a duas pessoas que são essenciais na minha vida: Marcos Antônio Evaristo Pereira (meu pai) e Edneusa da Silva Evaristo (minha mãe). Quando mais precisei, recebi seu apoio e tudo que sou enquanto essência de um ser humano, devo a eles. Agradeço, também, aos meus irmãos (Danilo e Lívia) que sempre acreditaram em mim.

Segundo, queria agradecer a uma pessoa que chegou já nos meus últimos anos de graduação, e desde que nos conhecemos nunca deixou de acreditar em mim e a me ajudar na minha formação, que é minha futura esposa, Alane Alves Silva, que fez florescer em mim o amor e entender o seu real significado.

Também quero agradecer ao meu orientador Thiago Romeu pela parceria e disposição para encarar esse projeto. Às professoras Débora Coelho e Janaína Barbosa por acreditar em mim durante os anos de 2017 e 2018 me incentivando nas pesquisas do PIBIC, e a todos os professores do curso: Lincoln, Ivonaldo, Eugênio, Sérgio Murilo, Malta, Sônia, Aline, Xisto, Priscila e Professor Madson que fazem das suas missões algo inspirador-

E por fim, mas não menos importante, quero agradecer a minha galera discente que passou ou ainda passa, por uma realidade semelhante à minha, enquanto estudantes que veem a universidade como uma oportunidade de melhorar suas vidas em todos os sentidos, dentre eles Ithamara, Anselmo, Fagne, Romário, Maria Aparecida, Isaac, Alison, Julierme, Érica Xavier, Érica Sueli, Joandson, Anderson, Cauê, Nívea e aqueles que já estão em outras escalas: Gustavo, Hígor, Iluliane, Brenda, Yuri. A todos vocês, meu muito, muito obrigado!

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** - Localização da Área de Estudo: Território do Município de Campina Grande-PB.....p.23
- Figura 02** - Foto de divulgação da campanha eleitoral de 1996 para prefeito de Campina Grande-PB.....p.32
- Figura 03** - Mapa de localização do Parque do Povo em Campina Grande-PB.....p.33
- Figura 04** - Foto panorâmica de toda área frontal do Parque do Povo, onde são celebrados os principais eventos da cidade.....p.34
- Figura 05** - Área onde hoje é o Parque do Povo no ano de 1982, mostrando ao lado esquerdo o Centro cultural Lourdes Ramalho, inaugurado pelo prefeito Enivaldo Ribeiro no mesmo ano.....p.35
- Figura 06** - Processo de construção da “pirâmide” inicialmente chamada de “Forródromo” situada no centro do Parque do Povo.....p.35
- Figura 07** - Dia da inauguração do Parque do Povo.....p.36
- Figura 08** - Mapa do percurso da Micarande em 2003.....p.42
- Figura 09** - Fotografia panorâmica do ápice do evento no Parque do Povo com o bloco Spazio, puxada pela banda baiana Chiclete com Banana em 1998.....p.43
- Figura 10** - Vista do corredor da folia na Micarande.....p.45
- Figura 11** - Vista das arquibancadas instaladas no Parque do Povo ao lado esquerdo na Micarande de 2001.....p.45
- Figura 12** - Lata de cerveja comemorativa do evento no ano de 1997.....p.46
- Figura 13** - Vista aérea do evento ECC na edição de 2019.....p.50
- Figura 14** - Bandeira do evento no topo do Parque do Povo.....p.52
- Figura 15** - Folder propaganda do período de carnaval em Campina Grande (PB).....p.52
- Figura 16** - Aparato estrutural para realização do evento cedida pela prefeitura de Campina Grande (PB).....p.53

LISTA DE SIGLAS

ENC: Encontro da Nova Consciência

ECC: Encontro para Consciência Cristã

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o Parque do Povo como espaço simbólico de disputas de poder e manipulação territorial do grupo político-familiar Cunha Lima, interferindo estrategicamente no imaginário da população de Campina Grande-PB para se manter no poder. Portanto, o Parque do Povo, bem se configura como um elemento do território, que constitui uma territorialidade acionada e manipulada em benefício do grupo político em questão. Por meio de uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de território; poder simbólico e estruturas de poder político-familiar, foi possível considerar que o grupo político-familiar Cunha Lima criou o Parque do Povo, enquanto espaço simbólico, para ascensão e manutenção de seu poder político, mantendo o nome da família por várias gerações se baseando na estratégia da cultura como um espetáculo, advindo de eventos como: O Maior São João do Mundo; A Micarande e o Encontro para Consciência Cristã. Esse se tornou um espaço de disputas de poder oriundas de grupos políticos-familiares de oposição, empresários e grupos evangélicos. Contudo, a análise apresentada proporciona reflexões sobre o Parque do Povo enquanto forma simbólica espacial, na qual o grupo político-familiar Cunha Lima se perpetua no poder na cidade durante gerações e em vários cargos do sistema federativo brasileiro.

Palavras-chave: Poder simbólico; Territorialidade; Geossímbolo; Poder político; Formas simbólicas espaciais.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Parque do Povo as a symbolic space for power disputes and territorial manipulation of the political-family group Cunha Lima, strategically interfering in the imagination of the population of Campina Grande-PB to remain in power. Therefore, the Parque do Povo is configured as an element of the territory, which constitutes a territoriality activated and manipulated for the benefit of the political group in question. Through a bibliographical research on the concept of territory; symbolic power and structures of political-family power, it was possible to consider that the political-family group Cunha Lima created the Parque do Povo, as a symbolic space, for the rise and maintenance of its political power, maintaining the family name for several generations based on in the strategy of culture as a spectacle, arising from events such as: O Maior São João do Mundo; Micarande and the Meeting for Christian Conscience. This became a space for power struggles arising from political-family opposition groups, businessmen and evangelical groups. However, the analysis presented provides reflections on the Parque do Povo as a spatial symbolic form, in which the political-family group Cunha Lima perpetuates power in the city for generations and in various positions in the Brazilian federative system.

Keywords: Symbolic power; Territoriality; Geosymbo; Political power; Symbolic Spatial Forms.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.12
Capítulo 1 – Delimitações de temas e conceitos: Através da ótica geográfica do território/territorialidade, simbologia e relações de poder.....	p.15
1.1 - Sobre o Território e a Territorialidade.....	p.15
1.2 - Sobre o poder simbólico.....	p.17
1.3 - Sobre o poder político e estruturas familiares.....	p.19
1.4 - Sobre as formas simbólicas no espaço.....	p.21
Capítulo 2 - A formação territorial de Campina Grande e seus efeitos simbólicos de poder.....	p.23
2.1 - Formação territorial de Campina Grande – PB: Um breve histórico.....	p.24
2.2 - Grupo político-familiar Cunha Lima: Trajetória e permanência no Poder.....	p.28
2.3 - O Parque do Povo: Um marco simbólico na trajetória do grupo político-familiar Cunha Lima.....	p.33
Capítulo 3 - Os efeitos simbólicos produzidos no Parque do Povo.....	p.39
3.1 - Sobre a Cultura como um espetáculo.....	p.38
3.2 - A Micarande.....	p.40
3.3 - Encontro da Nova Consciência (ENC).....	p.48
3.4 - Sobre o Encontro para Consciência Cristã (ECC).....	p.49
3.5 - O ECC no Parque do Povo.....	p.49
Considerações finais.....	p.55
Referências bibliográficas.....	p.58

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como intuito entender como o grupo político-familiar Cunha Lima mantém seu monopólio de poder em Campina Grande, utilizando de maneira expressiva as formas simbólicas espaciais através do Parque do Povo. Desde a inauguração do parque até os dias atuais, o grupo mantém sua territorialidade enquanto agente político através do poder simbólico, utilizando-o estrategicamente para sua ascensão e/ou manutenção do seu poder nas esferas governamentais. O Parque do Povo interfere diretamente no imaginário da população campinense, que o considera como o símbolo da família na cidade, a partir de eventos com O Maior São João do Mundo, a Micarande e o Encontro da Consciência Cristã (ECC), entre outros, de modo que eles são realizados em períodos distintos, mas com a mesma estratégia de interferir no imaginário popular através da representatividade simbólica e suas respectivas disputas de poder.

A problemática dessa pesquisa surgiu a partir de uma inquietação do autor desde de sua vivência enquanto cidadão campinense, na qual sua participação ativa enquanto trabalhador nos eventos da (Micarande e O Maior São João do Mundo) e suas percepções acerca da permanência e influência que o grupo político-familiar Cunha Lima tem na cidade, a ponto de surgir o seguinte questionamento: Por que o grupo político-familiar Cunha Lima sempre mantém seu poder político na cidade de Campina Grande-PB durante várias gerações desde seu surgimento?

Ademais, a partir da inserção acadêmica acerca dos estudos sobre poder político na geografia dentro de um viés simbólico, houve a necessidade de melhorar esse questionamento aos moldes científicos, foi necessário abordar: Qual é o principal elemento simbólico da cidade de Campina Grande-PB que representa essa família para que se perpetue no poder?

Os materiais fundamentais que conduziram a pesquisa foram de cunho documental a respeito da temática abordada, os quais se basearam em artigos científicos, dissertações, monografias, reportagens de veículos de imprensa da época e fotografias, todas retiradas da internet, porém com os devidos créditos. A devida opção acerca dessa metodologia veio a partir do momento atípico de pandemia de *Covid-19* o qual dificultou o processo de entrevistas *in loco*, pois o regimento acadêmico não permitiu esse tipo de procedimento.

Também foram realizados registros fotográficos do local analisado, produção de mapas através do software *qgis.3.16*, buscando mostrar ao leitor a noção espacial do Parque do Povo enquanto instrumento dessa pesquisa.

Cabe salientar que como base teórico-metodológica para realização da pesquisa todo o arcabouço foi fundamentado em quatro pilares: O primeiro refere-se ao território/territorialidade, tendo em vista as leituras de Haesbaert (2013; 1997), Sack (2013), Souza (2018; 2020) e de Raffestin (1993) que conduzem melhor essa compreensão. O segundo a respeito do poder simbólico, ou seja, o poder invisível que interfere no imaginário popular expressados pelo Bourdieu (1989), juntamente com Castro (2006) e Haesbaert (2004); O terceiro sobre o poder político e estruturas familiares e disputas de poder, o qual teve como principal referência o Monteiro (2016) e a Castro (1997); E por fim, as formas simbólicas espaciais, na qual se expressam nessa análise o Corrêa (2007) e o Jöel Bonnemaison (1981), fechando a análise expressando a materialidade no território através de geossímbolos como importantes durante todo esse processo.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em três capítulos a respeito dessa temática. Inicialmente, a pesquisa se focou no aprofundamento teórico a respeito do debate entre território e territorialidade e como estes são utilizados pelos seus agentes interventores (políticos), que atuam diretamente na formação e manutenção do Estado como instrumentos de domínio político, juntamente com a forma como esses chefes de Estado utilizam do poder simbólico para interferir e/ou influenciar a população. Levou-se em conta também, o surgimento e a formação político-familiar desses grupos e sua elaboração para ascensão e manutenção do poder através da materialidade das formas simbólicas espaciais.

No segundo capítulo, analisou-se mais especificamente o território de Campina Grande-PB, desde seu surgimento, estrategicamente geográfico, e sua expansão populacional através do capital político-econômico, a ponto de entender os grupos políticos que participaram dessa formação territorial até a chegada do grupo Cunha Lima na cidade. E, por fim, como esse grupo se manteve no poder, analisando, portanto, o surgimento do Parque do Povo em função do evento “O maior São João Mundo” compreendendo esse espaço como uma obra que marcaria de vez o imaginário da população campinense.

No terceiro capítulo, foram traçados três exemplos de eventos realizados no Parque do Povo que faziam, ou fazem, parte dessa representatividade: A Micarande, o Encontro da Nova Consciência (ENC) e o Encontro para a Consciência Cristã (ECC), ambos criados e ampliados dentro da gestão do grupo político-familiar Cunha Lima. Objetivando nesses eventos a elaboração de uma identidade por parte de grupos populares distintos, mas que por parte do poder público se tem a mesma estratégia política de representação do Parque do Povo enquanto símbolo do poder da família na cidade. Fechamos a análise abordando as

disputas de poder entre os grupos evangélicos e o poder público frente ao modo de apropriação do espaço, representado na ideia de ‘quem domina quem?’ Abordando as territorialidades e como o grupo político-familiar Cunha Lima utiliza dessa ascensão de grupos religiosos, entendendo o processo de dominação e manutenção de geossímbolos para se manter no poder.

Este trabalho apresenta uma pesquisa que levou em consideração como o referido grupo político-familiar utiliza-se do poder, seja ele institucionalizado ou simbólico para manipulação territorial e do imaginário da população, com vistas a manter e/ou ampliar o poder que fora construído durante várias gerações, utilizando-se de estratégias várias, porém, tendo o Parque do Povo como território simbólico de reprodução e produção discursiva em prol do grupo político.

Capítulo 01 – Delimitações de temas e conceitos: Através da ótica geográfica do território/territorialidade, simbologia e relações de poder.

Para atender aos critérios necessários frente a compreensão de como grupos político-familiares chegam ao Poder, é de suma importância o entendimento acerca do seu domínio territorial sob a ótica da geografia através de seus conceitos e temas.

1.1 - Sobre o Território e a Territorialidade

Uma parte fundamental da geografia é a que se refere a questão territorial. O território tornou-se uma instância social necessária na produção da materialidade no espaço e, por sua vez, é muito mais que o instrumento de domínio político, é um conjunto de relações sociais, dentro de uma determinada escala temporal, em que se atribui a reconstrução e reapropriação do espaço, refazendo os indivíduos, suas classes e seus grupos (HAESBAERT, 2013, p.71). O território é, portanto, segundo Milton Santos (1999), “[...] o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS,1999, p.08). O território também pode ser concebido como “produto da função material, delimitada por relações de poder existenciais e produtivas, combinadas por intermédio de energia e informação (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Desse modo, as concepções de territórios, se complementam, explicitando a complexidade presente em tal conceito. Conforme destacou o Souza (2018), o território é composto da historicidade de um povo-nação¹, assumindo esse papel através daqueles que compõem o espaço. Ademais, a existência territorial de construção (e desconstrução) pode estar dentro de escalas temporais das mais diversas (séculos, décadas, anos, meses ou dias) à medida que podem ser de caráter permanente e/ou de forma cíclica (SOUZA, 2018, p.81).

Haesbaert (2013) afirma que o território só existe quando há relações de poder projetadas no espaço, não se tratando apenas do poder sob seus efeitos mais concretos, político-econômicos “[...] como também em seu sentido mais simbólico, pois nos "empoderamos" pelo acionar de identidades, inclusive territoriais”. Nesse sentido, a análise

¹ Reconhecendo a complexidade da discussão em torno da categoria “nação”, tendo Benedict Anderson como uma das principais referências, mas com base nesta pesquisa será necessária a compreensão desse termo como categorias correlatas.

territorial compõe uma dupla face, tanto na questão funcional, como na face expressiva dentro da representatividade dos sujeitos que o produz (HAESBAERT, 2013, p.71).

No entanto, para expressar essa representatividade dos sujeitos, a relação território e Estado é de extrema importância no que diz respeito à questão político-social, visto que, o Estado opta por conhecer seu território e seus efeitos culturais, para melhor administrá-lo e delimitá-lo, tratando-se de um poder posicionado, definindo fronteiras ou limites, em várias escalas, que se conectam em redes de influência de forma múltipla. Neste sentido, é um espaço trabalhado, formado por pontos, superfícies e linhas, possuindo uma função ideológica. Dessa forma, Estado, território e nação constituem um todo inseparável (RAFFESTIN, 1993; CASTRO, 1997; COSTA, 2008; HAESBAERT, 2013).

Na afirmação de Souza (2020): “[...] O verdadeiro *leitmotiv* (ideia) do conceito de território é *político*, e não econômico ou como ocorre com o conceito de lugar, cultural-simbólico.” (SOUZA,2020, p.89). Ainda nessa perspectiva, ele afirma que:

Mais uma vez: o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a *dimensão política* das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo de o político (*le politique, das politische*), e não no sentido de a política (*la politique, die politik*). (SOUZA,2020, p.88)

Ou seja, não é “a política”, o jogo de poderes, que influencia diretamente na elaboração e manutenção de um território, mas, sim “o político” o ato de um indivíduo, ou um grupo de determinar através do consenso entre aqueles que estão sob o território, para expressar seu poder. O território, em suma, adquire um papel fundamental para o Estado deter-se aos “usos maquiavélicos do espaço” em termos da manipulação ideológica de identidades territoriais (SOUZA, 2020 p.112). Haesbaert (1997), ampliando o entendimento, demonstra que o território deve ser visto não apenas através de um domínio político estruturado, mas também de uma dimensão simbólica, identitária, ou, dependendo do grupo social, afetiva. Desse modo, ele afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: A apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinação dos indivíduos. (HAESBAERT,1997, p.41)

Em vista disso, é notório considerar também a territorialidade como a base para entender os elementos de apropriação do território, pois a ação social definida por processos de identidade simbólica, traduz ao pertencimento e/ou existência do território, na qual a

territorialidade seria, portanto, a maneira como essa ação pode ser influenciada, criando vínculos de identidade cultural com esse meio.

Assim, a territorialidade encontra-se em todas as instâncias sociais, como afirma Sack (2013, p.63), principalmente na política, tornando-se ainda mais evidente quando este termo é interpretado por aqueles que dominam o poder. Com isso, é necessário que esses grupos políticos consigam levar em conta também, os mecanismos estratégicos de influência e dominação do controle simbólico para se manterem nesse meio.

Desse modo, entender a significância da territorialidade como instrumento de estratégia através de um poder simbólico, para assim, manter o domínio sobre o território. Cabe destacar também, a ação entre o processo de domínio e/ou influência dos agentes interventores (grupos políticos) sobre os seus subordinados (o povo). Essa análise, segundo Sack (2013), se mostra como “[...] a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar em seu controle sobre uma certa área geográfica”. (SACK, 2013, p.78), podendo ser incluindo também o controle territorial, esse já delimitado através dos mecanismos de poder já estruturados pelo Estado e o poder simbólico para a coesão social em torno desse território.

1.2 - Sobre o poder simbólico

É necessário levar em conta que para intervir em um território através da territorialidade os grupos políticos utilizam do poder simbólico para tornar esse controle de dominância ainda mais discreto com base nos sistemas simbólicos, estruturados por uma lógica de representatividade do poder estatal, pois de acordo Bourdieu (1989):

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica. [...]. Os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: A interação <<lógica>> é a condição da integração <<moral>>. (BOURDIEU, 1989, p.09)

Desse modo, para expressar essa ordem gnoseológica do poder simbólico, o território seria a manifestação de um poderio, que na visão de Freund (1977) em “*A sociologia de Marx Weber*”, esse poderio se torna político quando “[...] A vontade se orienta significativamente em função de um agrupamento territorial, com vista a realizar um fim, que só tem sentido pela existência desse agrupamento [...]” ou seja, o território só se torna político quando há um consenso social, portanto, os símbolos podem ser utilizados

estrategicamente para dominar o território e ampliar sua territorialidade, tendo em vista esse poder estruturante composto pelos mecanismos estatais para a influência, do político sob os habitantes, mudando o sentido dos comportamentos sociais delimitados nesse território. Ademais, esses “distintivos simbólicos” criados por esses agentes dependem da sua materialidade, de modo que são fixados na cidade para integrar na vivência cultural de seus habitantes.

Portanto, o conhecimento do espaço através dos dispositivos simbólicos, com base na contextualização referente a relação tempo e espaço, traz à tona, pulsões, desejos e conflitos, obtidos das relações de poder desse grupo familiar, de modo que os fatos geográficos deixam claras e objetivas as relações de causa e efeito, trazendo uma equivalência entre o simbólico (ou imaginário) para a base material (real) (CASTRO, 2006, p.158-159).

Também de acordo com Castro (2006) entender não só o mundo real, mas também considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário social é parte integrante desse processo, por tornar visível e interpretar os simbolismos presentes nas relações, os quais materializam-se nos diferentes modos de organização socioespacial (CASTRO, 2006, p. 155). Tendo em vista a territorialidade aplicada por aqueles que estão no poder do Estado como forma estratégica de amplificar esse imaginário da população no território, Haesbaert (2004) afirma que

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. (HAESBAERT, 2004, p.23)

Nesse sentido, de acordo com o autor, para que os agentes dominadores (políticos) obtenham o poder de manutenção do território, é preciso que estes levem em conta a territorialidade sobre os elementos estratégicos de influência e poder, divididos entre o mais explícito e o implícito. O primeiro é estruturado através da composição do Estado e do capital econômico das empresas, e o segundo por aquele poder invisível que está composto através dos sistemas simbólicos de dominação (HAESBAERT, 2004, p. 20-21). Esse poder simbólico, ou “poder subordinado”, como afirma Pierre Bourdieu (1989) “[...] é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989 p. 07-08), ou seja, a população que está inserida no território sob influência dos grupos políticos, está sujeita a ser manipulada através do seu imaginário cultural, de forma simbólica.

Contudo, nos cabe a seguinte questão: Quem são esses grupos políticos? E como eles chegaram a dominar esse território? Para isso, é necessário entender de forma sistêmica as conexões entre poder político e estruturas familiares.

1.3 - Sobre o poder político e estruturas familiares

É notório que para se ter o entendimento dessas relações de poder, é importante entender como se configura o surgimento desses grupos familiares e como eles chegam a participar da política de forma ativa. Para isso, cabe destacar a assertiva de Monteiro (2016) na qual ele aborda a questão familiar entre grupos políticos afirmando que “[...] Pensar a família e os domínios sobre as instituições é marca decisiva em todo o Brasil e ainda mais nas antigas formações sociais do Nordeste do Brasil” (MONTEIRO, 2016, p.15) Ou seja, a relação espaço-tempo está intrinsecamente associada ao surgimento das elites políticas. Embora também se perceba o grau de plenitude dessas relações de poder e suas redes de correlação, estruturadas em todo território nacional ao longo da história, principalmente na região Nordeste, cujo processo de ocupação e construção de cada espaço composto aos Estados-nações são particularizados com base nas oligarquias hereditárias que dominavam esse território pelas questões econômicas, sociais e/ou culturais (MONTEIRO, 2016, p.24).

Nesse sentido, toda divisão territorial advinda do Estado brasileiro é gerada numa tradição histórica de grupos políticos, pela qual se inclui à formação de elites, oligarcas e/ou empresariais, movidas com base nos interesses econômicos, políticos e culturais através do simbolismo. Diante desse fato, a afirmação de Castro (1997) conclui que: “A história da conquista territorial no Brasil deixou marcas profundas no imaginário político nacional [...]” (CASTRO, 1997, p.02). A tradição de uma única unidade de poder durante o domínio colonial e durante o Império refletia diretamente na busca da unidade territorial, traçando a herança de um imaginário de “unidade” sustentada na ideia da conquista territorial, ou seja, a organização federativa era relacionada com a perspectiva dessa “unidade” inserida no imaginário da “atual” elite dirigente do país (grupos políticos familiares), fundamentada atualmente numa complexa estrutura administrativa de gestão, em função de cada uma das 3 esferas de poder – executivo, legislativo e judiciário -, constituindo 3 escalas territoriais diferenciadas - a nacional, estadual e municipal. (CASTRO, 1997, p.04).

Ainda na afirmação de Monteiro (2016) esses grupos políticos-familiares são considerados como a classe dominante, formadas pelo alto escalão econômico-social, que por várias gerações, foram responsáveis por intervir em complexas redes sociais de políticos

inseridos nos cargos do aparelho de Estado, para acumular dois tipos de capitais: capital econômico e capital político-familiar, no qual este segundo, é relacionado como “distintivo simbólico” e material, se repassando pelo “nome de família” e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar, que na visão do autor funciona como: “ [...] mecanismo de diferenciação no processo legítimo de conhecimento e de reconhecimento dos agentes nas posições ocupadas no espaço político” (MONTEIRO, 2016, p.26).

Desse modo, a vinculação do poder político às famílias desses grupos são práticas que atravessam décadas (em alguns casos, séculos), no qual o domínio territorial se dá através do poder simbólico. Ainda na análise de Monteiro (2016), o surgimento dessas famílias advém dos antigos donos de terra, em que “Os filhos dos antigos “Coronéis” continuaram ocupando os melhores postos e órgãos estratégicos do Estado e controlando os principais canais de comunicação em suas regiões de atuação política [...]” (MONTEIRO, 2016, p.45). De modo que possibilite a existência de uma rede de relações estabelecidas entre, e, pela política em todo território nacional. Monteiro (2016), ainda destaca que essa rede de relações tomou forma de operacionalização durante as décadas de 1930 a 1960 e se intensificou após esse período, “[...] revestido de “novos” discursos em torno do projeto nascente de democracia [...]” (MONTEIRO, 2016, p.44). Isso fez com que esses chefes políticos que ocupam os poderes legislativo, judiciário e executivo, o fizessem parasitando o aparelho estatal e ganhando o imaginário das pessoas, dominando “seus” territórios.

Assim, o projeto de democracia teve sua falácia e seu sentimento de liberdade por parte da população através de grupos oligárquicos, que utilizou das “estruturas estruturantes” a favor do “Poder simbólico” existente no controle das relações de poder, transformando o país em seus feudos pessoais, em que cada Estado do Brasil possa ser representado pelo “sobrenome” das famílias políticas e o pertencem. Complementando essa “gramática política” acerca de cada grupo familiar de dominância territorial, Monteiro (2016) afirma:

[...] São famílias, muitas vezes, que se revezam no controle político do Estado. A título de exemplificação tem-se: Em Alagoas, Mello e Calheiros. Na Bahia, Magalhães. No Maranhão, Sarney e Lobão. Em Pernambuco, Arraes. No Rio Grande do Norte, os Maias, os Alves e os Rosado. Na Paraíba, Cunha Lima, Maranhão e os Vital-Rêgo. No Pará, Barbalhos. No Amazonas, Virgílio. Minas Gerais, Neves. No Paraná, Richa e Requião. Em São Paulo, Covas. No Rio, Cabral, Maia e Garotinho. (MONTEIRO, 2016, p.83).

Diante dessa “estrutura político-familiar” se observa que alguns ainda avançam para fora dos seus domínios familiares, construindo novos territórios. Observe no caso da família dos Maia, de Catolé do Rocha-PB, que foram para o Rio Grande do Norte e depois para o Rio de Janeiro, e lá se projetando nacionalmente. Outro caso, se refere a família Sarney, que

tem seu domínio saindo do Estado do Maranhão e avançando para o Amapá, ou seja, sua rede de domínio territorial ultrapassa seu território de origem, fazendo com que suas estratégias de poder simbólico sejam amplificadas em várias escalas, chegando até a nível nacional, diante da estratégia do domínio ao imaginário da população.

Entretanto, é preciso levar em conta que para manter suas relações de poder, esses grupos político-familiares detêm um “poder invisível” que interfere diretamente nas mentes das pessoas, de modo a fazê-las concordar e participar direta e indiretamente para a ascensão desse grupo político familiar, ou seja, os grupos políticos familiares utilizam do poder simbólico através da dominância do aparelho estatal, para materializar o espaço urbano, intervindo de forma indireta no imaginário da população, sendo capaz de produzir efeitos reais baseados nos “instrumentos estruturantes de conhecimento”.

Como afirma Bourdieu (1989), para amplificar suas relações de dominação e influência(s) do poder no(s) território(s). Todavia, para entendermos esse campo de produção simbólica partindo na subjetividade, ocasionando numa materialidade, deve-se levar em conta qual produção espacial urbana é referenciada, ou melhor, qual transformação espacial que pode ser referenciada sobre a materialização de espaços simbólicos inseridos no território. Temos como exemplos desse tipo de poder, utilizados pelos agentes dominadores, as formas simbólicas espaciais advinda dos monumentos, ou áreas como praças e parques, em que a territorialidade se mantém como em sua culminância, de modo a demonstrar como todas essas relações de poder podem ser conglomeradas em elementos materiais e imateriais.

1.4 - Sobre as formas simbólicas no espaço

É notório que para adquirir territorialidade na política, deve-se levar em conta a forma pela qual essa prática é adquirida através de suas relações de poder materializadas no seu território de domínio. Uma dessas formas é o simbolismo aplicado como influência às pessoas na dimensão espacial as quais estão inseridas. A forma simbólica, na visão de Corrêa (2007) é representada na realidade, instituída por um complexo processo de significados elaborados e comunicados entre pessoas de um determinado grupo cultural (CORRÊA, 2007, p.07) cuja ideia é pragmática para identificar a relação do material e imaterial composta de formas, significantes, e conceitos, significados, expressados no espaço (CORRÊA, 2007).

Todavia, ainda na análise de Corrêa (2007), para tornar as formas simbólicas em formas simbólicas espaciais, é necessário que elas sejam construídas por localizações, fixos, e caminhos, fluxos:

As formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários, apresentando, portanto, os atributos primeiros da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, obeliscos, estátuas, monumentos em geral, shopping centers, nomes de logradouros públicos, cidades e elementos da natureza, procissões, desfiles e paradas, entre outros, são exemplos correntes de formas simbólicas espaciais (CORRÊA,2007, p.08-09).

Nesse sentido, esses atributos são expressões de materialização do espaço por meio das formas simbólicas, que abarca parte do poder simbólico adquirido por agentes influenciadores, tornando a política seu principal método de intermédio para entender esse processo, de modo que a haja uma intencionalidade constituídos de "*mecanismos regulatórios de informações que controlam significados*" (CORRÊA,2007, p.10).

As formas simbólicas espaciais, ainda na afirmação de Corrêa (2007), também estão impostas para expressar a construção e manutenção das identidades culturais, possibilitando a criação de uma toponímia por meio de "geossímbolos", conceito definido por Jöel Bonnemaïson (1981) como sendo "[...] um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade." (BONNEMAISON, 2002, p.109), ou ainda como "uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos e, em definitivo, o lugar onde se inscreve o conjunto da visão cultural" (BONNEMAISON 2002, p. 124). Neste sentido, as formas simbólicas espaciais através dos geossímbolos são configuradas para a manutenção das identidades coletivas, tornando aquela área delimitada um instrumento de bem-estar e de referência em aspectos de valor cultural, sendo, portanto, motivo de orgulho, de um grupo social inserido naquele meio territorial (Corrêa,2007 p.10).

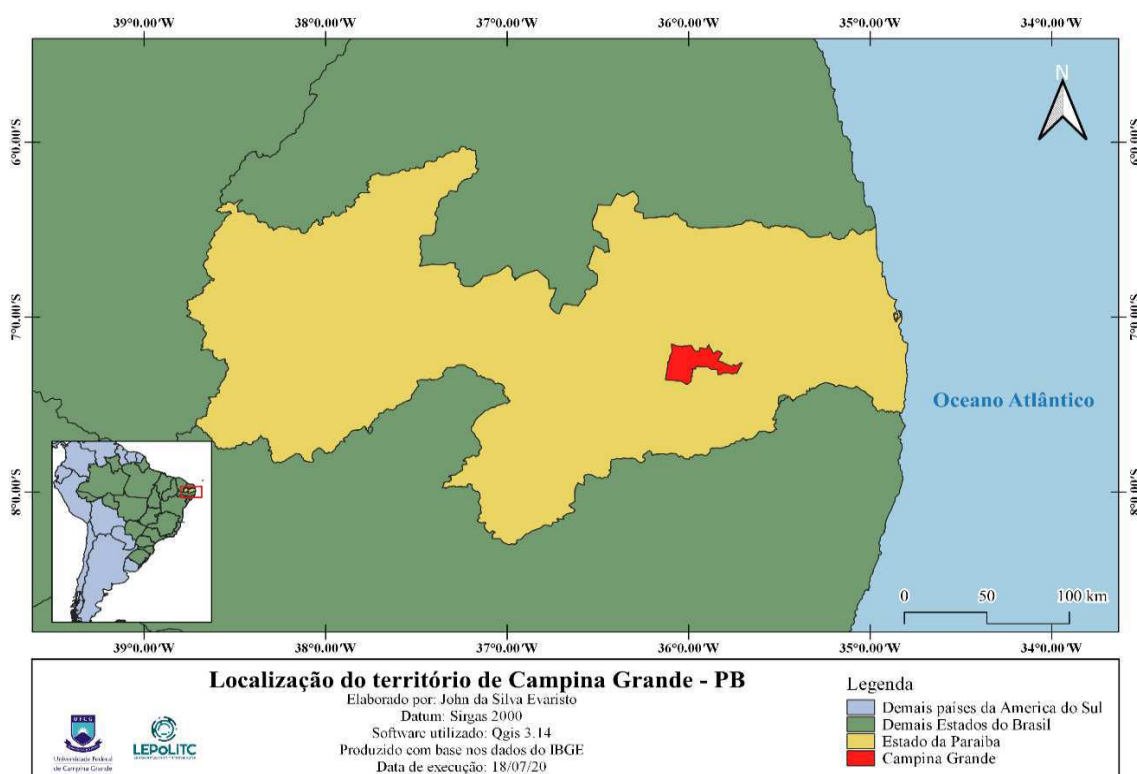
Portanto, entender como se configura as formas simbólicas espaciais é de suma importância para buscar a materialização da territorialidade composta pelos grupos políticos familiares, como os exemplos de praças e espaços onde ocorre a celebração e comemoração de eventos culturais, que na interpretação popular são importantes para a cultura local, por intermédio do poder simbólico inserido no imaginário da população cujo propósito é a ampliação e manutenção do poder no território. Por isso, esses espaços, um em especial, é o objeto da análise dessa pesquisa.

Capítulo 2 - A formação territorial de Campina Grande e seus efeitos simbólicos de poder

Como foi apresentado no capítulo anterior, para o grupo político familiar obter a territorialidade através do poder simbólico, para assim (re)produzir as formas simbólicas espaciais, é importante destacar o contexto espaço-temporal composto pela materialização do território com base na sua escala de análise.

Refletindo sobre esse pressuposto, faz-se necessário conduzir a compreensão territorial para o objeto de estudos dessa pesquisa, a qual a escala de análise se configura no município de Campina Grande, no interior da Paraíba (Figura 01). A cidade possui população de 385.213 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE, estimando-se em 2019 uma população de 409.731 e uma área territorial de 591,698 Km², tendo como principais atividades econômicas no setor industrial e tecnológico, e também o de comércio, serviços e eventos (BRASIL, 2020).

Figura 01. Localização da Área de Estudo: Território do Município de Campina Grande-PB.



Fonte: Elaboração Própria, 2020.

O município, para os padrões do agreste nordestino, tem uma população expressiva, sendo o segundo do estado da Paraíba em volume populacional. Tal expansão demográfica se deve ao fato da posição geográfica estratégica, localizada entre o litoral e o sertão, sendo a sua paisagem integrante do planalto da Borborema, a 511 metros do nível do mar.

Paisagens constituídas de vales e terrenos acidentados, rios, riachos e açudes perenes, além de uma temperatura média de 22.9 °C (dados do *Climate-data.org*).

Todos esses elementos condicionados a uma bioclimatologia que favorece a biomas de área de transição de resquícios dos ‘brejos de altitude’ (ecossistema com elementos dos Biomas Caatinga e Mata Atlântica) com o início da Caatinga, predominante do Sertão do Estado (SOUZA, 2016, p.240).

Desse modo, essas peculiaridades tiveram um papel fundamental em períodos históricos nos aspectos socioeconômicos e políticos, participando de modo decisivo em dois grandes ciclos durante sua formação territorial: O ciclo do algodão e o ciclo industrial, juntamente com o meio técnico, estes que na visão de Diniz (2011) possibilitaram o crescimento populacional e sua expansão (DINIZ, 2011, p.31-36). Esses ciclos tiveram interferência de grupos inseridos no capital político-econômico dentro de uma lógica multiescalar, ou seja, uma elite fomentada através dos seus interesses, interposta nos meios de produção e no Estado, que se inicia a nível municipal e vai até o nacional, transitadas em redes de influência, intervindo, portanto, no processo de desenvolvimento desse território (MONTEIRO, 2016, p.19). Nesse sentido, cabe entender como surgiu esse território que hoje é denominado de Campina Grande, para assim, entender suas estruturas de poder.

2.1 - Formação territorial de Campina Grande -PB: Um breve histórico

A gênese do que hoje seria o território de Campina Grande se iniciou das terras de povos originários (*Cariris*) que foram extorquidas pelo Theodósio de Oliveira Lêdo, Capitão-Mor das fronteiras do Espinharas, e entregues como forma compensação diante de um tratado de paz para os povos *Ariús*, que ao passar dos anos foram transformadas em fazendas de Gado como forma de sedentarizar esses povos nômades para fins de povoamento deste território (SPOSITO, 2017, p.29; CARDOSO & MAIA, 2017, p. 529). Desse modo, esse território, através da intervenção dos colonizadores europeus no final do século XVII, possibilitou o comércio de gado na região, no sentido de que esse caminho de intermédio facilitou o tropeirismo, que tinha como trajeto de suas boiadas do litoral ao sertão do Estado e tiveram nesse povoado, um ponto de descanso, pois as condições geográficas do ambiente favorecem seu ponto de parada (FREITAS, 2013, p.14).

Todavia, Freitas (2013, p.15) afirma que esse povoado só teve sua devida denominação em 1790 como Vila Nova da Rainha, apresentando-se não apenas com uma função de ‘cidade-pousada’, mas sim de ‘cidade-mercado’ “[...] a partir da comercialização

de produtos advindos de outros estados nos lombos dos muares, conduzidos pelos tropeiros” abrindo as portas para o processo de “desenvolvimento” do território e suas expansões populacionais.

Desse modo, a condição de vila acrescentou ainda mais a ideia de que este território era próspero, levando em conta as circunstâncias naturais favorecedoras daquele ambiente, como a exemplo de seus grandes reservatórios de água que favorece não só campina, como também as regiões circunvizinhas, em contrapartida da situação econômica que estava sendo criada para aquele momento. Contudo, o discurso de grandeza territorial foi bem estimulado por longos períodos, mostrando que o poder simbólico estava impregnado desde seu surgimento.

Ainda na afirmação de Freitas (2013, p.15) a partir da Lei Provincial nº127 de 11 de outubro de 1864, o território eleva novamente sua categoria, passando de Vila Nova da Rainha para cidade, sendo chamada de Campina Grande. Entende-se que esse nome define esse conglomerado de condições socioespaciais, juntamente a sua referência simbólica, que também foram fundamentais para um 'símbolo fundacional'.

Dessa forma, Campina Grande passou por várias, etapas complexas de expansão territorial, baseadas nos interesses do capital político-econômico, dentre várias escalas regionais, e até nacionais, de modo que seus agentes interventores adquiriram forte influência no que diz respeito ao papel de intermediação entre outros territórios, passando para condição de cidade intermediária, termo utilizado por Corrêa (2007, p.30) quando ele menciona que as cidades intermediárias constituem-se “[...] em foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfico, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços” (CORRÊA, 2007, p.30).

Essa influência na visão de Corrêa (2007) é “[...] O desenvolvimento de novas funções urbanas, criadas por grupos locais ou regionais ou por interesses extrarregionais, suscita o aumento demográfico e a multiplicação de novas atividades não-básicas ou das existentes [...]” (CORRÊA, 2007, p.24). Ou seja, o aumento demográfico de uma cidade, se dá pelo fato das estratégias e/ou interesses econômicos ou culturais dentro de um "consenso regional", através de toda uma dinâmica político-regional.

Assim, como já mencionado anteriormente, Campina Grande tendo sido beneficiada pelos moldes geográficos (localização e clima que propiciaram a forma como esse território foi “adquirido” pelos colonizadores) teve como resultante uma considerável expansão territorial e demográfica ao longo da sua trajetória. Os dois grandes ciclos socioeconômicos

pelos quais passou a inseriram numa lógica multiescalar (local/global): O ciclo do algodão e o industrial, inserido no meio técnico. Ciclos esses advindos de uma lógica de poder já estabelecida pelos donos de terras que participaram ativamente desse processo aos moldes de uma “elite” inserida no capital econômico político-familiar.

O ciclo do algodão no Nordeste foi um dos momentos decisivos para a densidade populacional em Campina Grande-PB. De acordo com Diniz (2011), o surto da produção algodoeira nos sertões semiáridos ampliou o comércio, enquanto atividade econômica na cidade durante as três primeiras décadas do século XX, impulsionou expressivamente o seu crescimento urbano, permitindo a concentração de armazéns e a comercialização desse produto e transformando-a em um dos principais centros regionais, sobre o qual ele afirma:

O algodão trazido e armazenado em Campina Grande ocupava vários recantos do povoado, lotaram, desde os velhos e novos armazéns erguidos na sua praça comercial e residências dos comerciantes e até a área das suas ruas e praças, onde eram ali mesmo pesados e comercializados. O acúmulo deste produto na cidade atrai compradores de várias partes da região até do exterior como o mercado consumidor inglês que chegou a importar grandes volumes deste produto (DINIZ, 2011, p.33).

Nesse sentido, Campina Grande, era um ponto estratégico de armazenamento de toda a matéria-prima do algodão produzido no sertão paraibano, de modo que seus compradores vinham de várias regiões do Brasil e do exterior possibilitando o crescimento territorial e populacional com a passagem da nomenclatura de vila para cidade.

Outro ponto que vale destacar se refere a ascensão política das oligarquias locais que enriqueceram de forma alavancada com beneficiamento do algodão, que na afirmação de Farias e Costa (2017) o apogeu dessa “cultura algodoeira” propiciou a riqueza desses grupos políticos familiares, herdeiros de terras que se proliferaram nos principais postos políticos do Estado, gerando, por fim, uma cadeia de produção hierarquizada através das relações sociais, na qual a extração da “mais-valia” envolvia, entre os que compravam a mercadoria (meeiros e foreiros) até os donos das terras, atravessadores e operários (FARIAS e COSTA, 2017, p.13).

Outra revolução histórica que teve seus efeitos bem expressados no que se refere a densidade populacional, em contrapartida da amplificação econômica de Campina Grande, foi a implantação da infraestrutura ferroviária na cidade durante o início no século XX, especificamente em 1907, a qual a cidade recebeu por conta da sua ascendência advinda do ciclo algodoeiro. Sob a influência do poder político local sob a gestão de Cristiano Lauritzen (Prefeito da época) se tornou importante no processo de fluxo de mercadorias advindas da capital pernambucana, através da inserção privilegiada denominada “ponta de trilho”

fazendo com que todas as mercadorias que vinham de Recife tivessem como seu destino de parada a cidade de Campina Grande, atribuindo a cidade a um amplo raio de influência regional (DINIZ, 2011, p.33).

Assim, Campina Grande teve uma forte influência da sua relação com Recife, Farias e Costa (2017) afirma:

Configurando-se como cidade mais importante de uma região, teve o Recife na cidade de Campina Grande o seu entreposto mais avançado na drenagem da produção do interior paraibano. Como “porta de entrada” para o Sertão e como “ponta de trilhos”, Campina Grande passou a representar um centro difusor do comércio e serviços recifenses, mas também foi definido um amplo raio de influência para si (FARIAS e COSTA, 2017, p.15).

Podemos considerar que nesse período o poder político local interveio na produção da territorialidade, como *modus operandi* para se fortalecer politicamente mediante a formas de crescimento da malha urbana e populacional do território.

A segunda fase do processo de urbanização de Campina Grande veio com a inserção da industrialização que o Brasil passou durante o governo de Getúlio Vargas, (que conduziu políticas de fortalecimento da indústria nacional) sob resultado de uma nova reformulação ao estabelecimento do capitalismo monopolista (ELIAS e SPOSITO, 2013, p.47). Nesse período, da década de 1940, assumia o cargo de prefeito de Campina Grande, Vergnaud Wanderley, que se beneficiou desse discurso relacionado ao “surto de progresso” advindo do apogeu econômico para assumir uma feição urbanística moderna na cidade, com a construção de edifícios e grandes reformas (CARDOSO e MAIA, 2013, p.539). Discursos que aprimoram ainda mais a ideia do poder simbólico envolvido no território.

Nesse sentido, Campina Grande, através das estratégias econômicas advindas de períodos anteriores, recebeu todo um aparato técnico-industrial ao seu espaço urbano, o que facilitou a transição de sua paisagem urbana para a de um meio técnico-científico.

Durante a década de 1950, a cidade enfrentava dificuldades, referente às instalações industriais dentro do contexto territorial campinense, pois não existia infraestrutura apropriada em termos de abastecimento hídrico e energia elétrica (CARDOSO e MAIA, 2013, p.531). Por causa disso, o poder político local, sob as gestões de Elpídio Josué de Almeida na prefeitura durante dois mandatos (1947-1951; 1955-1959) e Plínio Lemos (1951-1955), obtiveram a urgência de arrecadar os objetos e sistemas técnicos que corroboram a lógica de adequação do espaço correlativo, durante o período monopolista do capitalismo mundial, juntamente com pesada transição financeira e tecnológica. Sobre isso Elias e Sposito (2013) relatam que:

Com o aporte financeiro do capitalismo internacional, o Estado é chamado a desempenhar o papel de indutor do crescimento econômico e base do consumo urbano, como também investe - por intermédio de mecanismos diversos - na formação do parque industrial nacional. Campina Grande foi duplamente atingida por esse novo cenário. Seu espaço urbano é objeto de uma vigorosa reestruturação, ao mesmo tempo em que o município recebe uma série de novos investimentos na área industrial (ELIAS e SPOSITO, 2013, p.50).

Portanto, para adequar Campina Grande aos moldes da nova reformulação do capital industrial internacional, durante a década de 1950, para implantação do meio-técnico, e *a posteriori* científico, foi necessário reorganizar toda infraestrutura local, dando o aporte para que mais indústrias se instalassem na cidade. Esse processo foi de suma importância para o crescimento territorial e populacional da cidade, a qual coube ao poder político estabelecer ainda mais sua territorialidade, reformulando toda sua lógica administrativa, referente a suas relações de poder.

Já na década de 1960, o poder público municipal durante as gestões de Severino Bezerra Cabral (1959-1963) e Newton Vieira Rique (1963-1964) manteve essa lógica industrial, perante a capacitação do meio-técnico que se afluía na cidade, gerando empregos e uma infraestrutura mais consolidada, em contrapartida ao discurso desenvolvimentista de cunho nacional. Tiveram como elementos facilitadores a produção do poder simbólico nas mentes da população local, o que possibilitou o surgimento de “novos” grupos políticos na cidade, interessados em adquirir o poder (MONTEIRO, 2016, p. 39).

Nesse mesmo período chega em Campina Grande o grupo político-familiar Cunha Lima. Sob o apoio de Newton Vieira Rique² utilizando exatamente essa mesma lógica do discurso desenvolvimentista, alguns componentes desse grupo tiveram projeções avassaladoras de modo que se perpetuam no poder até os dias atuais, expressando sua territorialidade sob a gerência desse território.

Em vista disso, cabe o entendimento mais apurado acerca da forma como esse grupo político-familiar adquiriu para se manter no poder até os dias atuais.

2.2 - Grupo político-familiar Cunha Lima: Trajetória e permanência no poder

É preciso levar em conta que o grupo político-familiar Cunha Lima participa da política campinense desde muito tempo, e até os dias atuais deixa suas marcas na paisagem da cidade e no imaginário da população. Vale salientar que o surgimento da família nesse

² Essa afirmação é mencionada por Monteiro (2016, p.182)

território não veio por acaso, retomando a análise de Monteiro (2016), a família obteve o poder político na cidade através da conjuntura genealógica imposta por aqueles que dominavam o poder naquela época, mas que foram expressados de forma mais representada como exemplo de dois membros, o Ronaldo José da Cunha Lima e o Ivandro Cunha Lima, irmão de Ronaldo, ambos são considerados como os “patriarcas” da ascensão desse grupo político em Campina Grande, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960.

Sob o advento de sua ascensão, o grupo político-familiar Cunha Lima tem seus escritos históricos e sua força política já adquirida bem antes de estarem em território Campinense. Monteiro (2016) afirma que sua árvore genealógica tem registros iniciais a partir do então João Cunha Lima, avô de Ronaldo Cunha, que foi deputado estadual da Paraíba. João Cunha Lima era casado com Maria José da Cunha Lima, juntos tiveram seu filho Demóstenes Cunha Lima, pai de Ronaldo, que se casou com Francisca Bandeira Cunha Lima (Dona Nezinha). Ambos tiveram sua origem no Brejo paraibano, no qual o próprio Demóstenes se tornou prefeito (interventor) da cidade de Araruna-PB entre 1937 e 1940, sob “influência do então interventor no Estado da Paraíba Argemiro de Figueiredo e com a “ajuda” da família de Francisca que era proprietária de um engenho na cidade de Guarabira. Dessa união nasceram 11 filhos, entre os quais três entraram no campo político: Fernando Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima e Ronaldo Cunha Lima (MONTEIRO, 2016, p.195). Traços que remetem a configuração oligarca do Estado através de famílias que estão no poder há várias décadas.

Ainda na afirmação de Monteiro (2016), o grupo Cunha Lima inicia seus vestígios familiares na cidade de Campina Grande-PB através dos filhos de dona Nezinha: Ronaldo, Ivandro e Fernando. O primeiro tornou-se Vereador com o apoio do Ex-prefeito Newton Rique, posteriormente tornou-se Deputado estadual de 1963-1966 e prefeito da cidade em 1968, tendo seu mandato cassado pelo regime militar na mesma época, e voltando ao cargo de entre 1983-1986, e depois tomando projeções de maior escala quando se elegeu Governador da Paraíba em 1991, Senador em 1994 e Deputado Federal em 2002. O segundo é dono de um cartório na cidade e entrou na política como suplente de Rui Carneiro, que deixou o cargo de senador a Ivandro após a morte, onde ocupou entre 1977 e 1983. E por fim, Fernando, que se tornou um dos homens mais ricos do Estado, segundo Araújo (2011). Fernando era empreendedor de referência, pois tornou-se presidente da ITN Trading do Brasil, exportadora de soja, amendoim e pimenta, a empresa na época era a terceira maior de trading do país. Em 1978, Fernando candidatou-se a Deputado Federal, porém não chegou

até o final da campanha, pois foi assassinado no Rio de Janeiro. Em depoimento apurado durante as investigações, um cúmplice do assassinato, José de Abreu Ferraz, afirmou que o autor do crime foi o então sócio da ITN Trading do Brasil José Carlos Succar Fahah que foi preso, mas morreu antes de cumprir a prisão (ARAÚJO, 2011; MONTEIRO, 2016, p.195).

Dentre os três irmãos, Ronaldo se tornou um expoente na política local por conta da sua estratégia discursiva para estabelecer sua territorialidade em Campina Grande. De modo que, mesmo tendo vínculos diretamente explícitos com sua família tradicional oligarca, através de seus vínculos intelectuais literários, ele consegue estabelecer um campo discursivo populista através das lutas simbólicas, entrando como um “candidato do povo” prezando pela democracia e a liberdade de direitos. Ademais, suas frases de efeito e poemas de cunho popular durante seus discursos chamavam atenção da população da época que o considerava como “o candidato moderno”; ‘O homem do povo’. A utilização de versos em seus comícios, com elementos simbólicos populares como a viola e a cachaça, fez com que ele chamasse atenção da população campinense, tomando ainda mais projeção em cada cargo que exercia (MONTEIRO, 2016, p. 57). Segue um dos versos, Lima (2004) registrou em sua análise, quando Ronaldo apresentou quando eleito deputado estadual em 1962:

1962

Pedindo votos, de graça,
Nova eleição eu disputo.
Não disputo de reduto,
Eu saio de praça em praça.
Viola, versos e cachaça,
Coisas bem do meu agrado,
Percorri todo o Estado,
Litoral, sertão, caatinga,
Na base a pinga-pinga
Fui eleito deputado.
(LIMA, 2004, p.52).

Esse jeito “boêmio” de teatralizar seus discursos políticos, em contrapartida do surgimento de uma narrativa a respeito da redemocratização fez com que Ronaldo Cunha Lima adquirisse ainda mais projeção, passando a se eleger prefeito de Campina Grande em 1982, obtendo uma votação de 40.679 votos, logo após a gestão do seu rival de eleição e candidato a reeleição, apoiado pelo partido aliado dos militares (ARENA) Enivaldo Ribeiro com apenas 28.625 votos (LIMA, 2014, p.19). Demonstrado, portanto, que para entrar em ascensão Ronaldo soube fazer uso de sua capacidade argumentativa e poética para construir um capital representativo que o possibilitou a lançar mão de um poder simbólico, para assim conquistar “seu” território e expressar suas territorialidades.

Retomando a estrutura familiar dos Cunha Lima e o desenrolar político da família, Monteiro (2016) explica que Ronaldo José da Cunha Lima casou-se com Glória Rodrigues, filha de José Rodrigues - proprietário de terras de Campina Grande. Da união nasceram os filhos: Ronaldo da Cunha Lima Filho (vice-prefeito da cidade entre 2013 a 2017); Cássio Rodrigues da Cunha Lima (Assessor especial do governo³; Deputado Federal entre 1986-1988, 1994-1996⁴; Prefeito da cidade através do apoio do pai entre 1988-1992⁵, 1996-2000, 2000-2002⁶; Governador 2003-2007,2007-2009⁷; Senador em 2010⁸, assumindo em 2011-2017).

Cássio Rodrigues da Cunha Lima se casou com Silvia de Almeida Oliveira, neta de Elpídio de Almeida, união da qual tiveram os filhos: Marcela Cunha Lima, Diogo Cunha Lima e Pedro Oliveira Cunha Lima (Deputado Federal de 2011-2014, 2015-2018, 2018 até os dias atuais).

Outro detalhe se refere aos outros membros da família Cunha Lima, como ao exemplo do sobrinho da Glória, Romero Rodrigues Veiga, que, sob influência familiar entrou na carreira política elegendo-se Vereador de Campina Grande sob o apoio do seu primo Cássio (Figura 02) de 1993-1996 e 1996-2000; Deputado Estadual em 2007, renunciando o cargo para se tornar Secretário de Interiorização do Estado, entre os anos de 2007-2008, e depois, secretário-chefe da Casa Civil do Governo da Paraíba entre os anos de 2008-2009, na gestão do então Governador Cássio Cunha Lima. Em 2012, Romero competiu para o cargo de Prefeito de Campina, se elegendo para um mandato de 2013-2017, reeleito em 2017-2020, deixando o cargo para seu sucessor, membro familiar neto de Ivandro Cunha Lima, Bruno Cunha Lima, eleito deputado estadual em 2014-2018 e deputado federal

3 Quando Ronaldo assumiu a prefeitura de Campina entre 1983-1986 “criou” o cargo de assessor especial do governo municipal para que seu filho, o jovem Cássio Cunha Lima, de apenas 17 anos pudesse se inserir na política da cidade (MONTEIRO,2016);

⁴ Em 1992 Cássio renuncia seu mandato para assumir a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) deixando o cargo para o vice-prefeito Francisco Lira, irmão de Raimundo Lira (Empresário e Senador da Paraíba entre 1987-1995 e 2014-2019);

⁵ Em 2002 Cássio novamente renuncia seu mandato de prefeito para assumir o cargo de Governador da Paraíba em 2003 deixando o cargo para a vice Cozete Barbosa até janeiro de 2005.

⁶ Em 2009 Cássio teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral por suposto uso de um programa social em benefício de sua candidatura à reeleição durante o período eleitoral de 2006, condenado em 17 de fevereiro de 2009 (MONTEIRO, 2016, p.196);

⁷ Em 2010 ele se elegeu ao cargo de Senador da Paraíba, mas teve seu mandato negado pelo TSE, com base na lei “Ficha limpa” o qual foi impossibilitado de assumir o cargo, tendo seu impedimento revogado após a determinação no ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa em 19 de outubro de 2011 (MONTEIRO, 2016, p.186).

de 2018, que renunciou ao cargo para competir à prefeitura da cidade. (TSE, 2020; MONTEIRO, 2016, p.233).

Figura 02. Foto de divulgação da campanha eleitoral de 1996 para prefeito de Campina Grande-PB. A esquerda Romero Rodrigues (candidato a Vereador) e a direita seu primo Cássio Cunha Lima (candidato a Prefeito)



Fonte: Perfil de Cássio Cunha Lima no Facebook⁸

Desse modo, percebe-se a escalada política que os membros familiares do grupo Cunha Lima tiveram ao longo dos anos, crescendo a cada período eleitoral, deixando evidente a mesma prática de sempre deixar um “sucessor” membro da família na cidade de Campina Grande. Território esse que foi, e está sendo, o divisor de águas para que esse grupo político familiar se perpetue no poder e avance para outras esferas do sistema federativo brasileiro.

Entende-se que Ronaldo Cunha Lima foi pioneiro para iniciar a representatividade do grupo político familiar em Campina Grande. Seus discursos de cunho populista e o modo como ele soube materializar as formas simbólicas espaciais foram instrumentos necessários na estratégia para o processo de territorialidade em paralelo com o poder simbólico que foi inserido para influenciar o imaginário da população, tendo por fim, a confiança do povo para a apropriação do território durante um longo período.

Ademais, sua gestão foi pioneira no sentido de elaborar formas simbólicas espaciais que servem para materializar esse simbolismo presente nas mentes dos campinenses durante várias gerações, ou seja, “ele soube deixar sua marca” através dos seus feitos enquanto

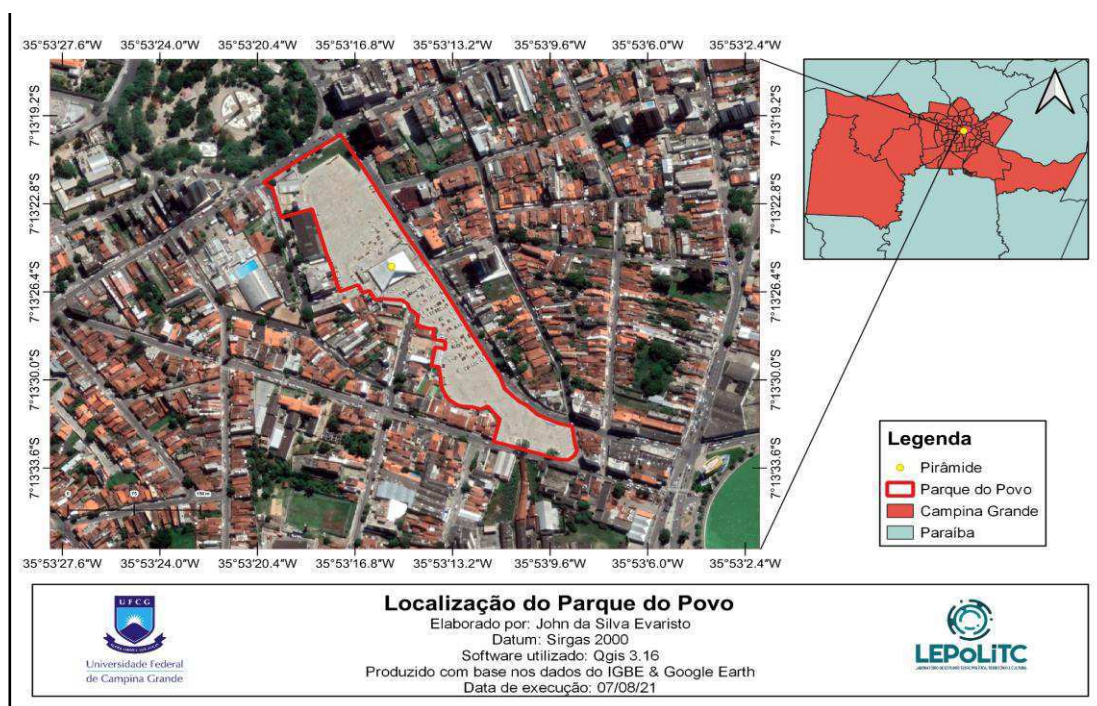
⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/cassiocunhalima>>. Acesso em 29 jul. 2021

prefeito no imaginário popular, prática essa que vem sendo reproduzida pelas gerações seguintes entre membros desse grupo político familiar até os dias atuais. Desse modo, nos cabe a seguinte questão: Qual é a forma simbólica espacial que mais representa essa família no imaginário do povo campinense?

2.3 - O Parque do Povo: Um marco simbólico na trajetória do grupo político-familiar Cunha Lima

A gestão de Ronaldo Cunha Lima enquanto prefeito da Cidade de Campina Grande foi marcada por obras e eventos de grande repercussão, materializando as formas simbólicas espaciais de maneira a despertar a representatividade do povo campinense, como exemplo o parque do povo (Figura 03 e 03a), espaço marcado para celebração da festa intitulada pelo próprio Ronaldo como “O maior São João do Mundo”.

Figura 03. Mapa de localização do Parque do Povo em Campina Grande-PB



Fonte: Elaboração própria, 2021.

O Parque do povo (Figura 04) possui uma área de 42 mil e 500 metros quadrados, segundo dados da prefeitura, está situado no bairro do centro, vizinho ao açude novo que é considerado o marco zero da cidade.

Figura 04. Foto panorâmica de toda área frontal do Parque do Povo, onde são celebrados os principais eventos da cidade



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Marques (2018) apresenta a história desse espaço muito bem na sua análise, mostrando que, inicialmente, foi uma obra para alavancar a representatividade dos festejos juninos, que já faziam parte da tradição cultural da cidade durante décadas por parte da população que festejava nos bairros da cidade (MARQUES, 2018, p.118).

Dessa forma, o então prefeito, no ano de 1983 escolheu uma área estratégica para a elaboração do projeto, uma área que o ex-prefeito Enivaldo Ribeiro já tinha desapropriado no centro da cidade para instalação do centro cultural Lourdes Ramalho, em 1982 (Figura 05), cujo restante ainda não estava ocupado, que foi denominado de “Palhoção” (MARQUES, 2018, p.118).

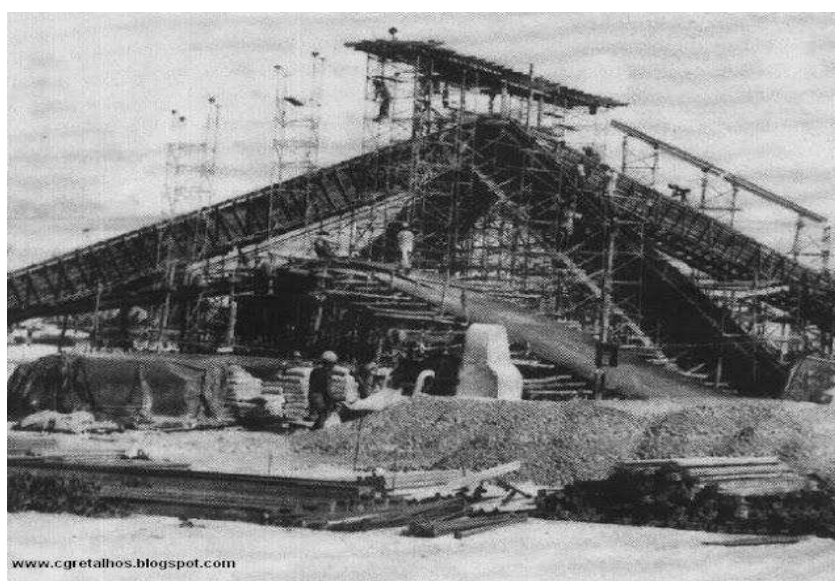
Figura 05. Área onde hoje é o Parque do Povo no ano de 1982, mostrando a lado esquerdo o Centro cultural Lourdes Ramalho, inaugurado pelo prefeito Enivaldo Ribeiro no mesmo ano.



Fonte: ARAÚJO, 2008.

Ainda com base na análise de Marques (2018), no ano de 1984 na segunda edição do São João de Campina Grande, o prefeito Ronaldo Cunha Lima, diante da repercussão que foi na primeira edição da festa, teve apoio da mídia local e dos empresários para se atentar a “lógica turística” isso favoreceu a elaboração de uma nova estrutura. A obra foi realizada sobre gerência da extinta empresa *Enarq* e projetado pelo arquiteto Carlos Alberto de Almeida, o “ferródromo”, segundo nome dado a essa área, tem sua estrutura marcada por uma obra de grande porte (Figura 06), buscando algo único para caracterizar a forma simbólica espacial sob a referência da família Cunha Lima.

Figura 06. Processo de construção da “pirâmide” inicialmente chamada de “Ferródromo” situada no centro do Parque do Povo



Fonte: ARAÚJO, 2008.

A inauguração ocorreu no dia 14 de maio de 1986, já com o nome de “Parque do Povo” o extinto jornal *Diário da Borborema* relatou que o local estava superlotado (Figura 07), cerca de 10 mil pessoas esperam ansiosos para inauguração do evento:

Ronaldo Cunha Lima chegou ao Parque do Povo por volta das 21h, acompanhado do senador Humberto Lucena, do deputado estadual José Maranhão, João Agripino Neto e outras autoridades. A multidão já esperava o poeta para fazer a festa. Uma girândola anunciou o início dos festejos juninos (DIÁRIO DA BORBOREMA - Campina Grande, 03/06/1986)

Figura 07. Dia da inauguração do Parque do Povo



Fonte: Diário da Borborema, 1986 *apud* ARAÚJO, 2008.

O ápice da festa ocorreu no mesmo dia e segundo Lima (2008) o Parque do povo não serviu apenas para representar a identidade cultural da cidade com base nos festejos juninos, mas também foi palco do discurso do prefeito Ronaldo que a autora denomina de “O grande espetáculo”. Desse modo, Ronaldo aproveitou o momento para anunciar que estava pretendendo renunciar ao cargo de prefeito para seguir carreira sendo candidato ao governo do Estado na eleição daquele mesmo ano, a autora aborda ainda que ele, Ronaldo, já havia desistido sua candidatura um dia antes da inauguração do parque do povo, após uma reunião com cúpula do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (LIMA,2008, p.147). A matéria do *Jornal da Paraíba* reproduz seu discurso na íntegra:

Eu devo renunciar a meu mandato de Prefeito. Tenho até meia-noite para me decidir. Mas para atender a vontade do meu povo. Ficarei até o fim governando Campina Grande para bem servi-la. Aqui, no momento histórico da mais alta responsabilidade para minha vida política, para o destino de Campina Grande e da Paraíba, eu repito o que foi dito há muito tempo atrás, uma frase que ficou marcada na história do nosso país: se Campina Grande pede e se é pela vontade deste povo, eu digo a este povo que fico (Trecho de Ronaldo discursando, inserido na matéria). (Jornal da Paraíba - Campina Grande, 15/05/1986 *apud* LIMA, 2008, p.149)

É perceptível que o discurso de Ronaldo Cunha Lima uma intertextualidade representa muito sobre o poder simbólico aplicado no território, quando ele utiliza o mesmo trecho do discurso do Ex-imperador Dom Pedro I em seu fato histórico denominado ‘*O dia do fico*’ deixando evidente a ideia de que ele se considerava o herói do seu povo, no qual o cliché histórico serviu como a melhor forma de teatralizar esse momento.

Dessa forma, Ronaldo manteve a territorialidade tornando o parque do povo a forma simbólica espacial necessária para impulsionar cada vez mais o “seu legado” enquanto prefeito da cidade, cuja “teatralização” teve o apoio da mídia local para projetar a imagem do “Herói de Campina” que se preocupa com seu povo, expressando seu poder simbólico no imaginário da população campinense.

No ano de 1988, o “espetáculo” se repetiu no período eleitoral. Ronaldo aproveitou os festejos juninos para anunciar sua saída da prefeitura de Campina e o seu apoio a seu sucessor e filho Cássio Cunha Lima que até o momento era deputado Federal (LIMA, 2014, p.30). Em um registro feito pelo o *Jornal da Paraíba*, Ronaldo discursa no meio da multidão:

Essa festa eu criei como se cria um filho, pequeno crescendo e jogando-o ao mundo, e só um filho poderia prosseguir-la no Maior São João do Mundo. Por isso, entrego Cássio ao próprio destino de Campina Grande (JORNAL DA PARAÍBA, 12/07/1988, Campina Grande)

Desse modo, é perceptível que Ronaldo tratava a festa como sendo uma invenção dele, sendo assim apenas um filho poderia seguir “cuidando” do “seu” bem. Prática essa que reflete claramente seus traços personalistas, os quais reproduzem os processos patrimoniais que assolam as instituições e/ou espaços públicos, ao que tudo indica, até os dias atuais.

Cássio Cunha Lima, estrategicamente, após a fala do pai, aproveita o momento de simbolismo explícito e acrescenta:

Haverei de palmilhar os caminhos de Campina Grande, iniciados por Ronaldo Cunha Lima (...). E com o vosso apoio e vossa confiança, oferecer minha juventude e ideias, para que Campina permaneça com o encontro marcado para o futuro (Jornal da Paraíba, 12/07/1988)

Portanto, entende-se que o Parque do Povo além de atender os critérios simbólicos para celebração dos festejos juninos como sendo tradicionais e de extrema importância para cultura local da cidade, também apresenta uma imagem de representação da família Cunha Lima, proporcionando a ascensão de suas carreiras na política. Fato que expressa elementos de poder simbólico necessários para induzir na população a importância de sua representatividade em seus imaginários na hora do voto. Em suma, essa prática atribui ao Parque do Povo uma característica de forma simbólica espacial, que atravessa gerações de políticos vinculados à mesma família e com o mesmo propósito. Vejamos no próximo

capítulo exemplos de eventos que tem uma lógica cultural diferente do “Maior São João do Mundo”, mas que tiveram os mesmos efeitos simbólicos para a representatividade da família na política.

Capítulo 3 - Os efeitos simbólicos produzidos no Parque do Povo

Neste capítulo será necessário se debruçar-se mais no que se diz respeito a exemplo de eventos celebrados no Parque do Povo, se baseando desde sua configuração até o seu propósito simbólico através de uma cultura como um espetáculo.

3.1- Sobre a Cultura como um espetáculo

Tendo em vista o seu sucesso, *O Maior São João do Mundo* se tornou um evento de grande representatividade do povo campinense, fazendo com que a gestão do então prefeito, idealizador do evento, Ronaldo Cunha Lima ganhasse notoriedade através da mídia. A ampliação da lógica turística do evento fez manifestar interesses daqueles que detém no capital econômico que passaram a agregar suas marcas à festa, buscando vender seus produtos e investindo nesse evento como uma forma de obter ainda mais lucro (MARQUES, 2014, p.119). Monteiro (2016) tem uma análise para demonstrar como o papel da mídia é importante no processo de expansão de interesses de grupos político-familiares:

O que demonstra como, em sociedades midiaticizadas e pautadas pela cultura do espetáculo, agentes políticos são construídos e desconstruídos de acordo com os interesses vinculados a classes dominantes que controlam os sistemas simbólicos [...] (MONTEIRO, 2016, p.54)

Desse modo, a “cultura do espetáculo” é parte fundamental para expressar o poder simbólico, no qual a mídia se comporta, retomando a análise de Bourdieu (1989), como a estrutura diante dos mecanismos simbólicos, essa que seria a forma como o indivíduo passa a se considerar como pertencente dessa identidade tendo em vista todo aparato cultural em sua celebração, mas envolvido indiscretamente uma lógica invisível de apropriação do capital político-econômico.

Cardoso e Maia (2007, p 543) ao referir-se à lógica da promoção de festas-espetáculos criadas pelo poder público, afirma que através da cultura popular “[...] os poderes instituídos a utilizam para promover o espetáculo. A cultura é nesse momento extraída para ser explorada comercialmente: uma cultura como espetáculo e que pretende transformar a cidade também em espetáculo”. Espetáculo que é bem definido por Guy Debord (2000) em sua obra “*A sociedade do espetáculo*” quando ele afirma que

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na

produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 2000, p.10-11)

Assim sendo, o entretenimento presente na vida dos indivíduos torna o espetáculo a estratégia fundamental para manipulação do poder simbólico, percebendo a relação entre aqueles que constituem o espetáculo, que na nossa análise anterior seria o grupo Cunha Lima, e aqueles que acreditam na produção do espetáculo como sendo algo irreal, como a população capaz de manter sua representatividade afetiva durante seus períodos de celebração.

Portanto, o modo como o grupo político-familiar Cunha Lima captura a diversão popular e o torna arma política, manipulando o território e, por consequência, a territorialidade, é então uma estratégia que deu muito certo, pois cada um de seus membros, atuantes da prefeitura de Campina durante seus períodos de gestão, tiveram participação ativa na ampliação daqueles eventos que já existiam e articularam na criação de outros com efeitos culturais divergentes, mas dentro da mesma lógica. Vejamos então exemplos desses eventos:

3.2- Micarande

Em 1988, o então Deputado Cássio Rodrigues Cunha Lima, com o apoio do seu pai (Ronaldo Cunha Lima - que até então era o prefeito) é eleito prefeito de Campina Grande. Sua gestão foi marcada pela continuação do legado do pai, contudo, houve uma ampliação do Maior São João do mundo. Todavia, nessa mesma época, outro segmento popular de música brasileira estava ganhando projeções ainda mais elevadas e caracterizava os festejos do carnaval baiano, o estilo musical se denominava *Axé Music* (gênero oriundo de blocos afro ‘Olodum, Araketu, ilê Ayiê, com influências do Galope, Rock, Samba, Tropicalismo e Reggae) (LIMA, 2011, p.58).

O carnaval é um tipo de celebração que ocorre com a presença dos *Trios elétricos* (veículos de grande porte equipados com som e luz, fazendo referência a um palco ambulante) no qual a Banda faz seu percurso nas ruas e avenidas, tendo seu público, denominado de foliões, que os acompanha na passagem do desfile durante o trajeto. Esse tipo de festa geralmente era celebrado em períodos carnavalesco, e até então existia apenas numa cidade no interior da Bahia chamada Feira de Santana, que organizava um evento fora da época de carnaval, para que assim artistas que participavam do carnaval de Salvador, tivessem a oportunidade de participar do evento que foi nomeado como *micareta*,

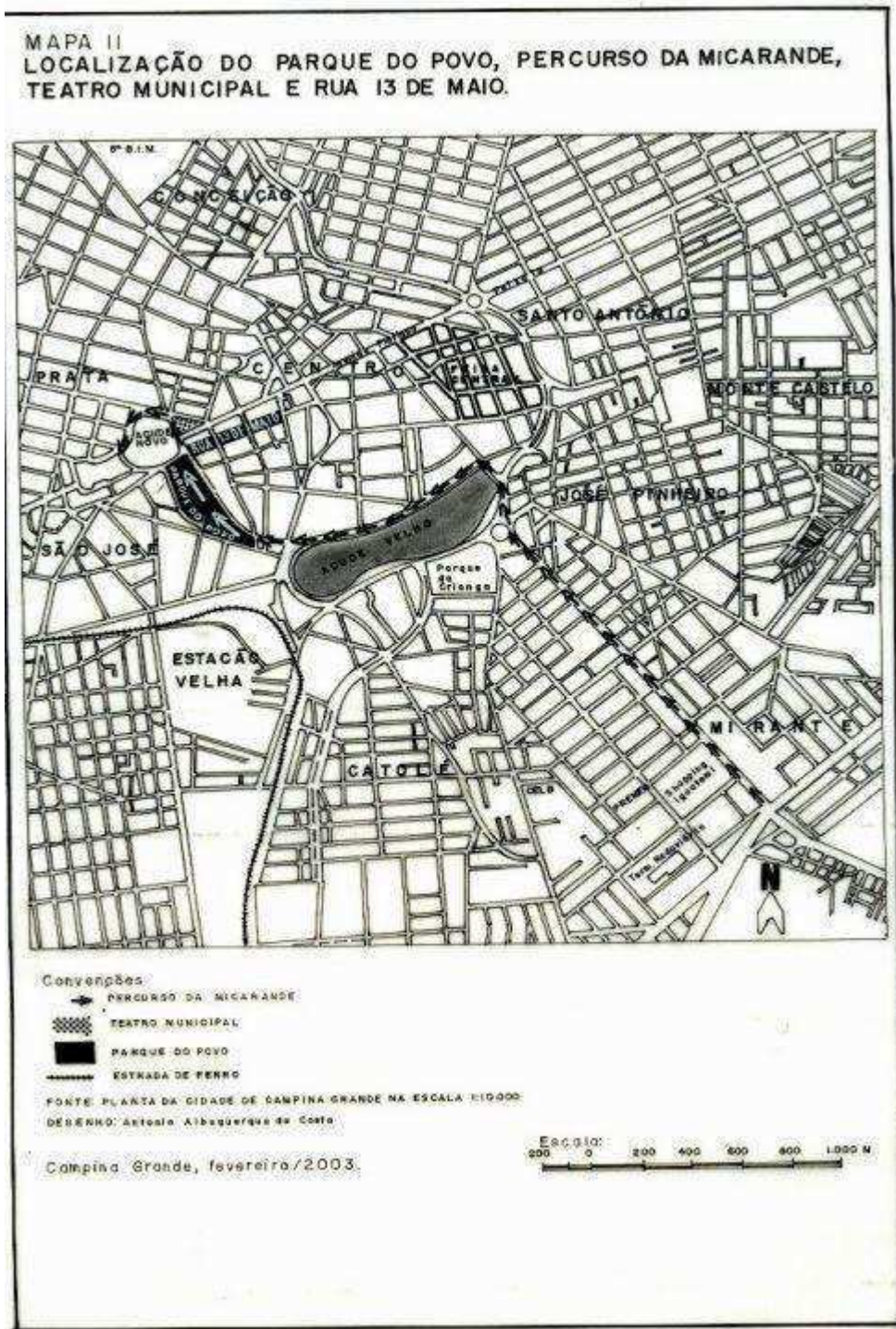
nomenclatura que segundo Lima (2011, p.58) é um “[...] termo oriundo do francês *micarême*, que quer dizer meio da quaresma”, data onde era realizada a festa.

Vendo o sucesso dos artistas baianos e os ganhos econômicos e políticos das prefeitura de Feira de Santana, pioneira no carnaval fora de época, o então prefeito Cássio Cunha Lima decidiu, em 1990, aderir a esse tipo de festa para fazer parte do calendário turístico da cidade (e também para construir um legado assim como seu pai fez com a consolidação do Maior João do Mundo), o qual denominou de Micarande (“Micar” de *Micareta* – nome atribuído à festa em Feira de Santana, com “ande” de - Campina Grande) (LIMA, 2011, p.59; PEREIRA FILHO, 2006, p. 49).

A cidade foi pioneira ao aderir a esse tipo de evento fora da Bahia, e se tornou referência para que outras cidades de todo o Brasil também fizesse esse tipo de evento, principalmente capitais nordestinas como: Natal-RN (Carnatal); Recife-PE (Recifolia); João Pessoa-PB (Micaroa); Maceió-AL (Maceió-fest); Aracaju-SE (Pre-caju); Fortaleza-CE (Fortal); São Luís-MA (Marafolia); Teresina-PI (Micarina). Cidades interioranas como: Garanhuns-PE (Garanheta). E nas demais regiões do Brasil como: Belém-PA (Carnabelém); São Paulo-SP (SP folia), dentre outras, mostrando que essa lógica foi bem aceita em todo o Brasil.

A Micarande contava com um percurso que começava na avenida Severino Bezerra Cabral, no Bairro do Mirante, e passava pela Severino Cruz, às margens do Açude Velho, até chegar no seu ponto final, o ápice da festa, no Parque do Povo (Figuras 08 e 09).

Figura 08. Mapa do percurso da Micarande no ano de 2003



Fonte: LIMA, 2011.

Figura 09. Fotografia panorâmica do ápice do evento no Parque do Povo com o bloco Spazzio, puxada pela banda baiana Chiclete com Banana em 1998



Fonte: ARAÚJO, 2008 *apud* Diário da Borborema, 1998.

Em sua primeira edição, o evento reuniu 54 blocos e 5 trios elétricos, todos registrados pela prefeitura, que concedeu apoio financeiro para a contratação de bandas e trios elétricos destinados à festa, a qual era responsável pelo pagamento de boa parte dos blocos (LIMA, 2011, p.61). Segundo Pereira Filho (2006, p.49) esse tipo de prática deixa o ambiente democrático, pois toda a população tinha acesso livre ao espaço do evento.

Diante do sucesso do evento em sua primeira edição, no ano de 1991, a Micarande contou com “parcerias” do setor privado (Comércio, empresários donos de blocos e mídia) que investiu pesado em um modelo que dividia seus territórios segundo as classes sociais que participaram do evento, ou seja, a festa passou privilegiar aqueles que possuíam mais poder de compra, Lima (2011, p. 61) afirma:

[...] a festa toma um rumo estritamente capitalista onde seu espaço torna-se mercadoria, com territorialidades definidas por divisão de classes sociais, através de cordões de isolamento, arquibancadas e camarotes. [...] Com uma forte marca de empreendedorismo e de espetacularização, com o uso intensivo do Marketing que "forja va identidades socialmente positivas, associadas aos blocos, que tinha como referências ídolos do axé music, como Chiclete com Banana, Ivete Sangalo, Asa de Águia e tantos outros [...] (LIMA, 2011, p.64)

Diante disso, a Micarande tomou projeções ainda maiores no calendário turístico regional, sua duração, que era de quatro dias de evento (Da quinta-feira ao Domingo), fazia com que ainda mais pessoas reconhecessem no evento um sentimento de orgulho que, somado ao Maior São João do Mundo, beneficiou politicamente a gestão do prefeito Cássio

Cunha Lima. Em uma entrevista concedida ao *jornal da Micarande* em 1991, Cássio argumenta: “Essa exitosa promoção foi lançada nas ruas da cidade com outro objetivo [...] de caráter econômico: fortalecer os segmentos produtivos e de serviços de Campina. E atingiu plenamente sua finalidade...” (Jornal da Micarande, 1991, p.08).

Dessa maneira, a harmônica parceria entre o poder público e o setor privado converteu-se em ponto chave para que o evento tornasse a gestão de Cássio Cunha Lima, enquanto prefeito de Campina, ainda mais consolidada. Diante disso, torna-se perceptível que o então prefeito utilizou da mesma estratégia de territorialidade do seu pai para se perpetuar no poder, além também, de utilizar o mesmo espaço simbólico, o Parque do Povo, como forma de influenciar o imaginário da população campinense ao ponto de se tornar um evento uma marca registrada no imaginário popular. Mesmo que a Micarande não tenha tido sua gênese cultural no território, ainda sim, pelo fato estratégico da projeção nacional que esse tipo de gênero musical tinha ao ter caído no gosto popular, representou bem a carreira política local de Cássio.

Diante da forma como a Micarande foi estruturada, seus espaços encontrados pela rua tinham de modo mútuo uma relação entre o público e o privado. Pereira Filho (2006, p.61) demonstra bem essa análise quando compara a configuração do bloco na rua, na qual o público se dividia diante de uma corda⁹. A primeira parte, composta pelos pagantes do bloco, público que tinha as áreas consideradas mais privilegiadas da festa, no entorno do trio elétrico. Já a segunda, o público era formado por aqueles que se situavam nas áreas fora do cordão de isolamento, denominado de folião pipoca. Contudo, essa estruturação mostra, de modo explícito, a privatização do evento, que embora ocorresse nas vias públicas da cidade, seu caráter de configuração da festa dividia as classes sociais, mas não deixava de permitir que todos participem do mesmo evento.

Outro ponto que vale salientar dessa divisão, se refere aos camarotes e arquibancadas, áreas privativas cujo objetivo é uma visão privilegiada do artista que está no trio elétrico. Os camarotes têm algo a mais para ser observado na festa, pois existiu um espaço denominado de corredor da folia, onde se situava dezenas de camarotes em paralelo, no qual o folião pipoca não tinha acesso, apenas o folião dos blocos e o próprio pessoal dos

⁹Essa área de transição entre os pagantes e não pagantes era dividida através de uma corda, a qual tinha a participação dos cordeiros, indivíduos que seguravam a corda para conter a passagem desses foliões.

camarotes (Figura 10). Já as arquibancadas eram áreas livres que também tinham a mesma função dos camarotes, sendo que seu diferencial era o baixo custo para abranger um número maior de pessoas, e ficavam situadas no parque do povo (Figura 11).

Figura 10. Vista do corredor da folia na Micarande 2000



Fonte: ARAÚJO, 2008 *apud* Diário da Borborema, 1999.

Figura 11. Vista das arquibancadas instaladas no Parque do Povo ao lado esquerdo na Micarande de 2001



Fonte: G1-PB, 2021.

Nesse sentido, a Micarande, embora tenha sido apresentada como “a festa do povo”, tinha em sua estrutura um modelo segregador, porém sua imagem foi bem representada diante a mídia e o comércio, principalmente no seu auge em meados da década de 1990.

A prefeitura, que participava com a infraestrutura, tinha como parceiro o governo do Estado (quando não divergiam politicamente), que ajudava nessa questão conduzindo hospitais da cidade e os serviços militares (Polícia e Bombeiros) para participarem do evento. Contava ainda com os empresários, donos dos blocos de maior repercussão, para trazer os artistas de

maior notoriedade dentro no cenário nacional para a festa, juntamente com seus trios elétricos, para assim, ajudar na projeção do evento.

Esses empresários ganhavam nas vendas dos abadás e tinham a ajuda da mídia, que participava tanto na divulgação dos blocos, anunciando seus artistas, quanto na divulgação do próprio evento. Como a exemplo das transmissões ao vivo, geridas pelas TV 's Borborema (afiliada do SBT) e Correio (afiliada da Record), ou os flashes do evento nos noticiários pela TV Paraíba (afiliada da Globo), que beneficiam a prefeitura e as empresas num esquema múltiplo (PEREIRA FILHO, 2006, p.56). Já o comércio entrava na divulgação dos seus produtos através da mídia. Pois tanto o comércio local, quanto as multinacionais, como exemplo das marcas de cerveja (Figura 12) fizeram com que, ao passar dos anos diante sua ascensão, a Micarande fizesse parte do calendário nacional dos grandes eventos promovidos pela *Embratur*.

Figura 12. Lata de cerveja comemorativa do evento no ano de 1997



Fonte: ARAÚJO,2008.

A Micarande, portanto, foi o evento que marcou a trajetória nas gestões do Cássio Cunha Lima à frente da prefeitura de Campina Grande, que teve seu auge durante toda década de 1990 e início dos anos 2000, durante seus 19 anos, teve seu fim decretado no ano da 20ª edição em 2009, na gestão de Veneziano Vital do Rêgo, rival da família Cunha Lima. Segundo o portal de notícias *GI PB*, em entrevista ao historiador Bruno Gaudêncio, o ‘novo’ prefeito da época alegou que:

[...] por questões financeiras, políticas e até morais podem ter sido motivos para o fim do evento. “A questão econômica, com certeza, pesou muito para que a festa terminasse. Houve uma diminuição dos recursos, blocos e foliões. A exposição dos artistas acabou e não surgiram novos artistas. Alguns empresários viram que

seria mais interessante investir em outras cidades mais rentáveis”, esclareceu. (G1 PB, 11/10/2019)

Já Lima (2011, p.79) afirma que o fim da Micarande pode se relacionar ao contexto político que o Estado da Paraíba vivia no ano de 2008, pois o próprio Cássio Cunha Lima, governador na época, teve seu mandato cassado sendo deposto do cargo e substituído pelo segundo colocado das eleições de 2006, José Maranhão, que pelo fato de Cássio ser seu adversário político, assim como Veneziano que era prefeito de Campina Grande, naquele período, não teve o menor interesse em seguir com evento, que era considerado pela mídia como “a menina dos olhos de Cássio” (LIMA, 2011, p.79).

Outro contexto que complementa essa análise foi debatido por Pereira Filho (2006, p. 93-94) quando afirma que era algo comum em períodos eleitorais o grupo político-familiar Cunha Lima, em seus guias eleitorais, recorrer a idealização dos eventos produzidos na cidade: “[...] tentando induzir o eleitor a acreditar que as festas acabariam em caso de eleição dos seus opositores. A Micarande, como já foi dito, torna-se moeda político-eleitoral” (PEREIRA FILHO, 2006, p. 93-94). Desse modo, é evidente o “simbolismo político” em volta da figura de Cássio. Isso fez com que o fim do evento tenha sido uma alternativa de “apagar” nas mentes da população campinense esses feitos.

Portanto, é evidente que a Micarande, durante sua trajetória, deixou marcas profundas no imaginário da população campinense, tanto no que se refere à amplificação da estrutura político-familiar do grupo Cunha Lima, especificamente do ex-prefeito Cássio Cunha Lima, que se tornou inclusive, governador do Estado da Paraíba.

Outro ponto que vale ressaltar, se refere ao modo como esse evento se estruturou em volta do espaço urbano, incluindo o Parque do Povo, onde ocorria o ápice da festa. Esse que foi gerido pelo poder de consumo dos empresários donos de blocos, da mídia e do comércio, e se tornou um espaço segregador, materializado por cordas, arquibancadas e camarotes, que fazia com que o público pagante tivesse acesso a áreas mais privilegiadas em todo perímetro da festa. Dessa forma, a Micarande teve suas territorialidades marcadas pelos agentes dominadores do poder com formas simbólicas espaciais já visivelmente demarcadas no Parque do Povo, o que favoreceu a representatividade cultural da população que é lembrado através da figura do seu idealizador.

3.3 - Encontro da Nova Consciência (ENC)

De acordo com Sampaio (2016, p.11) o surgimento do Encontro para Consciência Cristã, teve sua *gênese* bem antes dessa configuração que se encontra atualmente, pois anteriormente fazia parte de outro evento chamado de *Encontro da Nova Consciência* que é voltado para todas as crenças e religiões.

Sobre esse evento, Ferreira (2018, p.70) relata que, em 1989, o então prefeito Cássio Cunha Lima teve a ideia de ampliar o calendário de eventos da cidade, como visto anteriormente com o surgimento da Micarande, visando criar um evento no período de carnaval que não fosse aos moldes de carnavais tradicionais como os de Salvador, Olinda e Recife, pois nesses períodos a evasão de campinenses que viajavam para essas cidades fazia com que não houvesse público para o mesmo tipo de festa. Ademais, em 1992, a secretária de Turismo da Paraíba chamada *Íris M. Azevedo*, teve a missão de projetar um “período carnavalesco alternativo para a cidade”, desse projeto surgiu o Encontro da Nova Consciência, que em um primeiro momento não fora bem aceito pelo prefeito da época, como afirma Sampaio (2016, p. 91) em entrevista com a própria *Íris*:

Eu sempre fui ligada em estudos sobre holística, ocultismo, escolas iniciáticas, xamanismo e etc. E pensei num evento que pudesse reunir durante 5 dias pessoas de todas as bandas, tendências, religiões, ciências e filosofia, sem esquecer as artes. Eu sempre quis juntar tudo isso para a gente repensar o mundo, trocar experiências e dar voz às minorias. Seria o carnaval da alma, a cidade um retiro espiritual, mas com festa e alegria. Fiz o projeto e no dia da apresentação foi um fiasco. O prefeito, Cássio C. L., esperava um projeto "para louvação de Jesus" e vetou. Não adiantava explicar que também tinha cristãos no projeto Nova Consciência. Ele queria o Parque do Povo com as "aleluias" todas. Mas eu já vinha conversando com os grupos ligados às religiões e já tinha bastante delas empolgadas com o evento. Foi uma batalha que ele, o prefeito, pagou pra ver. Tivemos sorte de lotar o teatro desde o 1º ano e ele teve que reconhecer o Encontro. (SAMPAIO em entrevista com *Íris*, 2016, p.91-92)

À vista disso, fica evidente a preocupação de Cássio em expandir ainda mais os espetáculos com bases nos eventos da cidade como forma estratégica de influenciar e/ou dominar vários segmentos culturais da população campinense para, assim, ampliar, ainda mais, poder político-familiar no território.

A primeira edição ocorreu no Teatro Severino Cabral durante o dia 29 de fevereiro a 3 de março de 1992, segundo Ferreira (2018, p. 70). Esse tipo de evento de forma oficial “foi o primeiro evento entre os de ordem religiosa com maior visibilidade e representatividade na época” e também pelo o fato dele ter sido organizado pela prefeitura e pela Secretaria de Turismo (PBTUR) do Estado da Paraíba. A autora relata:

Naquele ano nascia um evento com um perfil pós-moderno, mas, ainda, inusitado e incomum, pois tratava-se de uma congruência entre atividades paralelas interculturais apresentadas por representantes de inúmeras religiões, filosofias, ciência e correntes espiritualistas que estivessem presentes nessa grande reunião. O ENC caracterizou-se como eixo motivador em 1992 e a partir de então aproximou opostos, buscou caminhos, diálogos e maneiras de justapor grupos (FERREIRA, 2018, p.71)

Desse modo, a cidade de Campina Grande mais uma vez era contemplada com um evento de grande representatividade local e de cunho religioso, o qual a diferenciou das demais cidades, chamando atenção de outros grupos sociais que viam na cidade um local de retiro e reflexão.

3.4 - Sobre o Encontro para Consciência cristã (ECC)

Ante a proposta e a celebração do ENC, a frente evangélica, apoiada por um grupo de pastores, não se sentia bem em fazer parte desse conglomerado de ideias do Encontro da Nova Consciência. Gomes Silva (2010) afirma que levou a proposta para Cássio, alegando que esse tipo de evento, com um discurso amplo, iria trazer danos à cidade, colocando em pauta a Consciência Cristã como sendo uma alternativa mais viável, o prefeito, de início não gostou muito dessa ideia, como ele próprio afirma:

[...] foi quando lhe fiz ver que ele estava apoiando um outro evento, que só trazia prejuízos espirituais a Campina Grande e mostrei a realidade dos fatos. E Cássio Lima, com um semblante meio apavorado com o que ouvira, disse: Meu irmãozinho, eu sou o prefeito de todos os campinenses. Tenho que atender a todos. (SILVA, 2010, p.102)

Mesmo inicialmente sem o apoio do prefeito Cássio Cunha Lima, a frente evangélica seguiu com a ideia de romper com o Encontro da Nova Consciência e fazer um evento aos moldes de seus ideais. Assim, em 13 de fevereiro de 1999, mediante um acordo entre o poder público e os evangélicos, o Encontro para Consciência Cristã (ECC) chega na sua primeira edição. Ferreira (2018, p.101) afirma que o foco do evento é de cunho evangélico de ordem tradicional, pentecostal e renovada. Apresentado em quatro dias, o ECC teve sua primeira edição realizada no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia - Lynaldo Cavalcanti, que fica situado no centro da cidade, próximo ao Parque do Povo, e recebeu um público de aproximadamente 300 pessoas, número esse que foi se multiplicando com o passar das edições, fazendo com que este evento tomasse proporções ainda maiores (FERREIRA, 2018, p.103).

3.5 - O ECC no Parque do Povo

Devido ao crescimento acelerado do evento, o número de participantes aumentava a cada ano, com a segunda edição chegando a 7 mil e a terceira a 10 mil pessoas, houve a

necessidade de ampliar as estruturas do evento e a mudança para outro local de realização. No ano de 2003, durante a gestão de Cozete Barbosa¹⁰, o evento passou a ser realizado no Parque do Povo, batendo mais um recorde de público, um total de 50 mil pessoas participaram do evento, sendo que 6 mil pessoas participaram da palestra de abertura (FERREIRA,2018, p.103). Mostrando que Campina Grande mais uma vez se sobressai, adquirindo a nomenclatura de “Capital da fé” diante o sucesso desses eventos.

Figura 13. Vista aérea do evento ECC na edição de 2019



Fonte: www.pagina1pb.com.br, 2021.

Pereira Filho (2006, p. 55) afirma que do ECC atualmente participam grupos evangélicos de diferentes igrejas, sejam Batistas, Assembleia de Deus, Universal do reino de Deus, Renascer em Cristo, dentre outras que: “buscaram justificar a importância de Deus sobre o reino das coisas mundanas, através de pregações, palestras, músicas com ritmos diversos, workshops, etc” (PEREIRA FILHO, 2006, p.55). Suas atividades consistem de palestras, Workshops, venda de livros evangélicos, além de área evangelizar e espaço exclusivo para crianças. Nesse contexto, mostra-se a dimensão alavancada da influência religiosa pentecostal (como exemplo da Batista e Assembleia de deus) e o neopentecostal (como as igrejas do Renascer em cristo e Universal do Reino de Deus) no território, de modo

¹⁰Vice-prefeita da chapa de Cássio Cunha Lima, assumiu o cargo após o então prefeito renunciar ao cargo para assumir o governo do Estado da Paraíba.

que o capital econômico também se faz presente, mantendo a influência simbólica ainda mais expressiva.

Nesse sentido, Raffestin (1993, p.127) ao mencionar a importância da religião para dominação do espaço ele afirma: “[...] bem mais do que a língua, a religião é marcada por relações de poder cujos trunfos são exatamente o controle de energia e da informação, sob a forma de homens, de recursos e de espaços” (RAFFESTIN, 1993, p.127). Deixando evidente a ideia de que existe uma forma de ampliar ainda mais sua dominação no Parque do Povo através da religião, principalmente das religiões de vínculo protestante, fazendo desse espaço um elemento simbólico necessário para sua ação.

Segundo Pereira Filho (2006, p. 55) a realização do ECC no Parque do Povo se torna um “trunfo” pois se trata de um espaço amplo, de fácil acesso e boa estrutura para se dividir suas territorialidades, delimitadas por divisórias, onde são realizados os *workshops* e vigiado por policiais.

Já Ferreira (2018, p. 110) afirma que a vinda do evento para o Parque do Povo, além das estratégias de localização e tamanho de área, tem uma conotação ainda mais simbólica, pois o fato do espaço adquirir na sua *gênese* um intuito do poder público de realizar festas populares, a vinda de um evento de comunhão e celebração da religião evangélica, trouxe à comunidade um pertencimento de territorialidade na valorização do espaço vivido, apresentando elementos visuais simbólicos que representam essa territorialidade como ao exemplo uma bandeira com o nome “Jesus” fixada no ponto mais alto do Parque (Figura 14): “[...] indicando numa leitura rápida a centralidade soberana da figura de Cristo, qualificando aquele espaço em um território dos cristãos” (FERREIRA, 2018, p.111).

Dessa forma, mais uma vez o Parque do Povo se mostra como uma forma simbólica espacial, agora sendo compartilhada por outro tipo de grupo social, que vê naquele espaço a oportunidade de expressar sua identidade cultural.

Figura 14. Bandeira do evento no topo do Parque do Povo



Fonte: FERREIRA, 2018 *apud* SAMPAIO, 2017.

No ano de 2017, sob a gestão do então prefeito da época, Romero Rodrigues (primo de Cássio), a cidade passou a fazer parte do “carnaval da paz” (Figura 15). O qual reúne vários eventos na cidade que se baseiam em reflexões religiosas e filosóficas dentro do período carnavalesco, como: Movimento de Integração Espírita na Paraíba (MIEP) (1974); Encontro da Nova Consciência (ENC) (1992); Crescer - O Encontro da Família Católica (1996) e o Encontro para a Consciência Cristã (ECC), dispondo esse último de maior notoriedade por conta do seu crescimento ao passar dos anos. Possuindo como incentivos recursos públicos arrecadados de 190 mil reais, fora todo o aparato estrutural que cercava a cidade durante esse período (Figura 16) na qual seu público estimado era em torno de 100 mil pessoas (FERREIRA, 2018, p.62).

Figura 15. Folder propaganda do período de carnaval em Campina Grande (PB)



Fonte: FERREIRA, 2018

Figura 16. Aparato estrutural para realização do evento cedida pela prefeitura de Campina Grande (PB)



Fonte: FERREIRA,2018.

Dessa forma, entende-se que houve a troca de espetáculo que passou de um evento tipicamente carnavalesco, com todo um envolvimento de capital público e econômico já consolidado, mas que por intervenções meramente políticas de disputas de poder entre famílias foi encerrado (Micarande), para um evento que deixa claro sua oposição para um grupo social distinto que está em ascensão nesse período.

Ademais a compreensão de que o poder religioso tomou proporções avassaladoras na cidade, deixa clara a ambição dos evangélicos e, principalmente, de seus interventores que se afastam do encontro da nova consciência para formar a consciência cristã. O interesse em manipular o espetáculo em benefício do poder simbólico da fé, interesse esse que deu muito certo, pois a própria lógica de dominação religiosa advinda desse grupo, mostra a intenção subliminar de sectarismo dos evangélicos que elaboraram a Consciência Cristã. E, por fim, o empreendedorismo dos seus idealizadores, que também manipulam o território em seu benefício e do seu grupo religioso e/ou político.

Desse modo, é notório o jogo de interesses relacionado às disputas de poder, de um lado a frente religiosa enquanto seu poder simbólico advém do sagrado, e do outro o poder político que percebe sua ascensão popular, com base na dimensão amplificada que o evento tomou ao passar dos períodos, para assim implementar enquanto principal evento da cidade em períodos carnavalescos.

Embora boa parte da população contasse com a volta da Micarande, quando o então candidato Romero Rodrigues assumiu a prefeitura de Campina Grande, o que ocorreu foi

exatamente o oposto, ele investiu ainda mais na modalidade religiosa de evento, evidenciando a forte ascensão do poder evangélico que estava tomando proporções ainda maiores com o passar dos anos.

Tal cenário de troca de espetáculo contribui para a contemplação de suas atividades, o espaço simbólico do Parque do Povo, este que mostra mais uma vez sua importância para preservar a ideia de que os principais eventos da cidade são celebrados nele, além da qual sua localização estratégica facilitou essa ideia, amplificando ainda mais o grupo político familiar Cunha Lima que ao perceber tal oportunidade, elabora através do poder público toda uma infraestrutura necessária para celebração desse espetáculo, levando em conta fatores de dominação do território tanto no viés político, quanto no religioso.

Dessa forma, entende-se que Campina Grande, em períodos carnavalescos é um território caracterizado pelas estratégias de poder simbólico através das intervenções religiosas, assim como foi referência no requisito de festas populares dentro dos carnavais fora de época como ao exemplo já mencionado da Micarande. Todos esses que, por sua vez, tem como palco principal de suas atividades o Parque do Povo, tornando ele o espaço simbólico necessário para intervenção do poder público de grupos políticos familiares desde seu surgimento, para assim amplificar ainda mais suas relações de poder simbólico no imaginário da população campinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa é notório considerar como a abordagem territorial se completa quando referente às relações de poder, tanto em um viés da materialidade, ou seja, o território enquanto função, quanto como forma simbólica, através do poder simbólico fundamentado na representatividade dos sujeitos que o produzem. Sujeitos esses que buscam o poder proporcionado pelo Estado, manipulando o imaginário popular ao criarem formas simbólicas espaciais, tornando-os geossímbolos. Buscando, com isso, sua ampliação familiar dentro da política para representar um poderio territorial que atravessa gerações.

Seguindo nessa linha de pensamento, a cidade de Campina Grande, desde seu surgimento, é um território próspero para envolver toda sua referência simbólica relacionada aos elementos geográficos, facilitando sua ampliação territorial e expansão populacional. Campina Grande também se beneficiou como intermediário influente do capital econômico regional, mantendo contato direto com cidades de influência, como a exemplo de Recife, durante o ciclo algodoeiro, ampliando ainda mais o período industrial, e depois meio-técnico.

Todavia, todos esses processos acima citados, serviram de base para expressar o discurso simbólico de grupos políticos que consideravam Campina Grande como a cidade do trabalho e do desenvolvimento, fazendo com que grupos político-familiares, como no caso dos Cunha Lima, tornassem esse discurso como sendo o ponto chave para manter sua territorialidade e alavancar ainda mais esse poder simbólico.

Dessa forma, Ronaldo Cunha Lima tornou-se um importante membro da família ao realizar esse tipo de estratégia, mesmo tendo suas raízes de famílias tradicionais na política paraibana, se mostrou como um “novo” modelo de fazer política. Esse ‘novo’ envolveu as mentes e o imaginário popular, exatamente no momento que o Brasil e o mundo participavam da construção da “sociedade do espetáculo”. Os grandes eventos populares, em locais próprios para isso, construíram o imaginário da juventude dos anos 1980. Dessa forma, Ronaldo Cunha Lima se apropriou desse modelo se apresentando como o candidato do povo, eloquente e com um discurso de viés populista, o que facilitou sua trajetória política para ascensão no poder em Campina Grande.

Ronaldo Cunha Lima frente à prefeitura de Campina Grande e preocupado em deixar sua marca de territorialidade através de uma forma simbólica espacial, criou o parque do povo como sendo o principal foco das atividades culturais e de representatividade do povo

campinense, deixando margem para que seus sucessores, membros da família, pudesse ampliar ainda mais esse “legado”.

Deve-se levar em conta também, a preocupação por parte de seus familiares, enquanto prefeitos da cidade, em criar eventos de grande notoriedade regional em Campina Grande, especificamente no Parque do Povo, como o Maior São João do Mundo, criado na gestão de Ronaldo Cunha Lima. O primeiro exemplo vem da Micarande, evento que deixou marcas profundas no imaginário do povo campinense, embora culturalmente não tivesse raízes na própria cidade, e foi criado por Cássio Rodrigues Cunha Lima ao visar a manutenção dessa lógica da cultura como espetáculo,

Todavia a Micarande se mostrou um evento de grande representatividade, resultado de grande sucesso e que aos poucos teve seus espaços demarcados pelo poder de consumo, com investimentos do capital econômico das empresas, do comércio e da mídia, o que amplificou ainda mais o sentimento de que aquela festa, embora não fosse culturalmente festejada historicamente pelo povo campinense, também fosse considerada ‘uma festa de Campina’.

Outro ponto que vale destaque refere-se à preocupação que esse grupo político-familiar teve a respeito da criação de eventos de cunho religioso no calendário de eventos da cidade, como ao exemplo do Encontro da Nova Consciência, evento esse que tinha um viés diferente dos festejos de carnaval e tinha como objetivo a reflexão. Essa preocupação baseou-se no argumento de que as festas carnavalescas da cidade não representavam o povo como no caso do São João, além do fato de que a população festejava o carnaval nas capitais litorâneas deixando a cidade praticamente vazia nesses períodos, além do fato de o evento religioso atingir um contingente de público maior, incluindo pessoas que vêm de outras cidades, e veem a cidade como um local de retiro da reflexão e fé.

Diante desse cenário, são notórias as disputas de poder frente aos evangélicos na cidade, como ao exemplo do Encontro para a Consciência Cristã, que teve sua *gênese* dentro do ENC, havendo a necessidade de desmembrar-se desse evento para ampliar seu poder como sendo uma alternativa desses grupos religiosos de ampliar suas territorialidades na cidade. Suas premissas alavancaram a dimensão desse evento em proporções cada vez maiores, a qual chamou a atenção da prefeitura, o tornando o principal evento da cidade, e ainda sendo realizado no Parque do Povo.

Portanto, a constatação desse jogo de disputas pelo poder é seguida pelas seguintes questões: quem domina quem? A prefeitura, que soube aproveitar o ECC para se representar

frente aos evangélicos, ou os evangélicos, por ambição de dominar o poder e o território pela fé, manipulou o poder público para assim investir nesse novo espetáculo? Vale ressaltar também a forma como esses grupos evangélicos dominaram o Parque do Povo, dentro da mesma lógica, através de elementos visuais simbólicos. Ao levar suas representatividades àquele mesmo espaço que é compartilhado em outros períodos do ano, por meio das festas populares, trocando a lógica do espetáculo com base em seus interesses. Espetáculo esse que teve sua representatividade ampliada ao passar dos anos com uma infraestrutura robusta, investida pela prefeitura Municipal, administrada pelo Romero Rodrigues, membro do político-familiar Cunha Lima.

Portanto, a configuração territorial da cidade juntamente com a dimensão espacial, seus efeitos culturais e a influência familiar de seus antepassados, fizeram e fazem com que o grupo político-familiar Cunha Lima mantenha seu poder na cidade utilizando de seus discursos atraentes e se aproveitando da ascensão das manifestações populares do momento para manter sua territorialidade, obtendo “a cultura como um espetáculo” frente às formas simbólicas espaciais através de geossímbolos, que entre eles o principal seria o Parque do Povo, sendo notória a “paternidade” de seus eventos realizados nesse espaço, como ao exemplo de Ronaldo (O pai do Maior São João do Mundo) e Cássio (O pai da Micarande), cabendo para trabalhos futuros, saber quem será o pai do evento ECC? Ou até por conta de sua conjuntura, se ao mesmo terá essa paternidade.

Considerando isso, a dimensão do poder simbólico se torna o elemento essencial para influenciar/dominar o imaginário popular, lógica que ultrapassa várias gerações as quais esse grupo político-familiar é predominante na administração executiva frente à prefeitura de Campina Grande-PB. Análise que pode ser discutida em outras unidades do poder nos diversos níveis, de forma institucionalizada com base nos mecanismos eleitorais do Estado, deixando em aberto para análise em pesquisas futuras.

Por fim, entende-se que o Parque do Povo, além de ser um elemento simbólico relevante, ou seja, um geossímbolo, serviu à construção de um sentido de representatividade no imaginário da população campinense enquanto símbolo territorial de identidade. A sua construção teve a intenção de beneficiar o grupo político-familiar Cunha Lima para manipular a identidade em diversos espetáculos e grupos sociais distintos, tornando-se o ponto chave para que eles possam perpetuar-se no poder no território de Campina Grande durante gerações e também em diversas escalas do sistema federativo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Adriano. **Memória**: O Parque do Povo. Retalhos históricos de Campina Grande. Postagem de jun. 2008. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2017/06/memoria-o-parque-do-povo.html#.YQqcEY5KjIU>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BONNEMAISON, Jöel. **Viagem em Torno do Território**. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeni (Org.). Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. P. 83-13.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm. Acesso em 18 jul. 2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em 18 jul. 2020.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; MAIA, Doralice Sátyro. **Das feiras às festas**: as cidades médias do interior do nordeste. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Explorações geográficas**: percursos no fim do século; imaginário político e territorial: natureza, regionalismo e representação. - 2ª edição. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Iná. Elias de. **Solidariedade territorial e representação**: novas questões para o pacto federativo nacional. Revista Território, v. 1, n. 2, p. 33-42, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. **Construindo o conceito de Cidade Média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). Cidades Médias: espaços em transição. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Formas simbólicas e espaço**: algumas considerações, Roberto Lobato Corrêa. Revista GEOgraphia UFF, v. 9, n. 17, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política**: Discursos sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa. - 2ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DINIZ, Lincoln da silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: dinâmicas sócio-espaciais do pequeno comércio/ Lincoln da Silva Diniz: campina grande, EDUFCEG, 2011. 120p.

ELIAS, Denise. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e Regional**: Campina Grande e Londrina. Org, 4ªed. - São Paulo: outras expressões, 2013. 336p.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; DA COSTA, Antônio Albuquerque. **As Rugosidades do Comércio Algodoeiro no Espaço Urbano Atual de Campina Grande-PB**. Revista GeoSertões, v. 2, n. 4, p. 07-31, 2017.

FERREIRA, Débora Vanessa Régis. **Campina Grande (PB), a “capital da fé”**: entre territórios e (re)construções identitárias. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 165p, 2018.

FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

G1 PB. Iara Alves **Folião relembra ‘carnaval fora de época’ de Campina Grande, o primeiro realizado além da Bahia**: ‘Micarande’ foi realizada durante quase 20 anos e se tornou referência para outras cidades do Nordeste. G1 PB, Campina Grande, p. 1-1, 11 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/11/foliao-relembra-carnaval-fora-de-epoca-de-campina-grande-o-primeiro-realizado-alem-da-bahia.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade**: um debate. Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios em trânsito**. In: BORDAS, M. A. (Org.). Geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc, n. 9, 2013. p. 65-81.

LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. **A fábrica dos Sonhos**: a invenção da festa junina no espaço urbano. 2 ed. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Eu nas entrelinhas**: extratos e retratos de minha vida. João Pessoa: Forma Editorial/Gráfica GB, 2004, no espaço urbano. Campina Grande: Edufcg, 2008.

LIMA, Francisco Denilson Santos de. **A Micarande e suas territorialidades**: de fábrica de sonhos a barbárie moderna/Francisco Denilson Santos de Lima. Recife: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

LIMA, Maria Auberlane do Nascimento. **A morte e a festa de um líder**: estratégias de construção do mito político Ronaldo Cunha Lima. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

MARQUES, Jordânia Alyne Santos. **As paisagens sonoras da Festa Junina de Campina Grande (PB)**: O caso do Parque do Povo. Geograficidade, v. 8, n. 3, p. 112-125, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política** - São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder público - familiar - São Paulo: Liberarts, 2016.

PEREIRA FILHO, Sebastião Faustino. **Micarande**: festa do povo? Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. 115p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SACK, Robert David. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Leila Christina Dias Maristela Ferrari (organizadoras), Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 7-13, 9 set. 1999.

SAMPAIO, Dilaine Soares; LULA, Genaro Camboim LA. “**É fácil ser plural**”? Uma análise dos últimos encontros da Nova Consciência de Campina Grande-PB. REVER-Revista de Estudos da Religião, v. 16, n. 3, p. 81-107, 2016.

SILVA, Gomes. **Consciência Cristã**: Como tudo começou? 2010. Disponível em: <http://prgomessilva.blogspot.com/2010/02/consciencia-crista-como-tudocomecou.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 18ªed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª edição, 2020.

TSE (BRASIL). Instituição. **Tribunal Superior eleitoral**: Eleição Municipal Ordinária. In: Eleição Municipal Ordinária. [S. l.], 15 nov. 2020. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/eleicao;e=e426;uf=pb;mu=19810/resultados>. Acesso em: 28 jul. 2021.